SENADO FEDERAL

CONTRATO N° 2026/0200

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL** e do outro, a empresa **TECNICALL ENGENHARIA LTDA**, para a **prestação de serviços comuns de engenharia para fins de readequações físicas e reformas nas edificações do complexo arquitetônico e residências funcionais dos parlamentares do Senado Federal (CASF) - com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, realização de serviços sob demanda, fornecimento de materiais, disponibilização de ferramentas e veículos -, durante 30 (trinta) meses consecutivos.**

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **TECNICALL ENGENHARIA LTDA**, com sede na QI 05 conjunto 20 lote 23, LAGO SUL – BRASÍLIA/DF, Email: orcamento@tecnicallengenharia.com.br, telefone n° (61) 3248-0247, CNPJ-MF nº 72.581.283/0001-13, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **HELDER NORONHA BARROS**, CI. 2.087.297, expedida pela SSP/MG, CPF nº. 486.893.946-72, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90059/2026**, autorizado pela Exma. Senhora Primeira-Secretária, documento digital nº 00100.115206/2026-52, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº 00100.160549/2026-71 do Processo nº 00200.011900/2025-92, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº 00100.160064/2026-88, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133,de 1º de abril de 2021, e da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14, de 2022, e nº 15, de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços comuns de engenharia para fins de readequações físicas e reformas nas edificações do complexo arquitetônico e residências funcionais dos parlamentares do Senado Federal (CASF) - com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, realização de serviços sob demanda, fornecimento de materiais, disponibilização de ferramentas e veículos -, durante 30 (trinta) meses consecutivos,** de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;

III - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

IV - designar, formalmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, preposto para lhe representar durante toda a execução do contrato, em estrita observância ao Capítulo III do Código Civil Brasileiro ("Dos Prepostos"), ao art. 118 da Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos aplicáveis, com, no mínimo, os poderes indicados no modelo mostrado no Anexo 3 do Edital – Modelo de Designação de Preposto, indicando números de telefone e endereços de correio eletrônico para contato;

V - manter seus empregados e prepostos uniformizados, com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal, fornecendo-lhes, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar do início da execução dos serviços, conforme Ordem de Serviço Inicial, uniformes e calçados de acordo com a respectiva categoria profissional e conforme especificações estabelecidas no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;

VI - fornecer aos empregados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), obedecendo ao disposto nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e ao estabelecido no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas e no Anexo 4 do Edital – Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Trabalho – SMS;

VII - fornecer ao gestor do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos do início da execução do contrato:

a) relação nominal dos profissionais, impressa e em mídia digital, com as respectivas categorias, endereços e telefones residenciais e celular, horário de trabalho, local de lotação, e comunicar toda e qualquer alteração cadastral dos profissionais que venha a ocorrer durante a execução dos serviços; e

b) documentos necessários à expedição de crachá pela polícia do SENADO, para cada um dos empregados prestadores de serviços no SENADO;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

VIII - comunicar formalmente à gestão do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, relatando-as em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo SENADO, com os dados e as circunstâncias julgados necessários ao relato e ao esclarecimento dos fatos.

IX - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, em até 5 (cinco) dias úteis do início da ausência ou da ocorrência, salvo previsão menor expressa, observados os termos do disposto na Seção **Erro! Fonte de referência não encontrada.** do Anexo 2 – Caderno de Especificações Técnicas do Edital, nos seguintes casos:

a) falta justificada ou injustificada, bem como atraso ou saída antecipada sem prévia autorização;

b) gozo de férias independentemente da duração;

c) licenças decorrentes de afastamentos legais superiores a 15 (quinze) dias corridos;

d) solicitação do gestor do contrato, no caso de falta grave devidamente documentada;

e) automaticamente, após 3 (três) advertências, devidamente registradas no livro de ocorrências;

f) quando não possuir a qualificação mínima exigida; e

g) sempre que seus serviços e/ ou conduta forem julgados insatisfatórios e/ou inconvenientes ao SENADO, devidamente justificado.

X - efetuar o pagamento do auxílio-alimentação no valor de R$ 48,17 (quarenta e oito reais e dezessete centavos) por dia trabalhado, conforme definido pelo Ato do Presidente nº 13, de 2022, ou o valor estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, caso seja superior àquele, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XI - fornecer transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho, antecipadamente ao mês de referência, no prazo legal ou no previsto em disposição específica da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável;

XII - efetuar o pagamento do salário dos profissionais alocados até o 5º dia útil do mês subsequente à realização dos serviços;

XIII - efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do "BANCO DE HORAS", de acordo com o que tiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho vinculado(a) à proposta da CONTRATADA e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/1943;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

XIV - registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho por meio de sistema biométrico de registro de jornada ou sistema eletrônico similar, na forma disposta no § 2º do artigo 74 da CLT, permitindo à fiscalização do SENADO o acesso aos respectivos dados.

a) Os empregados da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado neste inciso, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

b) A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos profissionais alocados na prestação dos serviços.

c) A CONTRATADA deverá fornecer e instalar o sistema de controle de ponto antes do início da execução do contrato, em local a ser acordado com o gestor do contrato.

XV - responsabilizar-se pelo gerenciamento dos horários de trabalho dos profissionais alocados nos postos de serviço, a fim de proporcionar um maior período de cobertura de atendimento às demandas do SENADO, além de viabilizar o atendimento em horários atípicos, tendo em vista situações excepcionais e emergenciais;

XVI - selecionar, e responsabilizar-se pela qualificação dos empregados que irão prestar o serviço objeto deste contrato, bem como promover o treinamento e a reciclagem em relação às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aplicáveis.

XVII - alocar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, de forma a manter equipes capazes de executar, de modo eficiente e no mínimo, todas as tarefas descritas no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas.

XVIII - observar a legislação trabalhista e previdenciária, bem como Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida.

XIX - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o profissional com conduta insatisfatória e/ou inconveniente, quando devidamente justificado.

XX - manter seus profissionais identificados por intermédio de crachás, com fotografia recente, expedidos pela Polícia do SENADO.

XXI - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança e de prevenção de incêndios.

XXII - fornecer ao gestor do contrato todas as informações por este solicitadas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

XXIII - apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

a) relação dos empregados terceirizados, contendo nome completo, cargo ou função, valor do salário, horário do posto de trabalho, número do registro geral (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos *responsáveis técnicos* pela execução dos serviços;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

c) exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;

XXIV - entregar ao gestor do contrato até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XXV - entregar, quando solicitado pelo SENADO, quaisquer dos seguintes documentos:

a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do SENADO;

b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o SENADO;

c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

XXVI - entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de sua extinção ou rescisão:

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

XXVII - apresentar, sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no inciso XXIII;

XXVIII - apresentar ao gestor do contrato, até o último dia útil do mês posterior ao de referência, declaração de despesas relativas ao período de apuração, devidamente assinada por seu preposto, na qual conste:

a) mês de referência;

b) nome, matrícula e categoria dos empregados terceirizados;

c) valor e data de recebimento do salário, discriminando-se as parcelas remuneratórias;

d) valor e data de recebimento do vale-transporte e do vale-alimentação;

e) campos para observações e assinaturas.

XXIX - entregar o modelo de autorização para utilização do Sistema de Depósito em Garantia Bloqueados para Movimentação (DGBM), por ocasião da assinatura do contrato (Anexo 16 do edital);

XXX - providenciar a assinatura dos documentos relativos à abertura e movimentação do DGBM, em até 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do SENADO;

XXXI - viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, os meios necessários para:

a) o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social, da Caixa Econômica Federal e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias e para o FGTS foram recolhidas;

b) a obtenção do Cartão Cidadão pelos empregados junto à Caixa Econômica Federal;

c) a obtenção de extratos individuais de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

XXXII - responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração de ACT/CCT vinculada à proposta da CONTRATADA em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

XXXIII - observar as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

XXXIV - designar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, e manter atualizados durante toda a vigência do contrato, os dados de pelo menos dois representantes da CONTRATADA com poder decisório, além do preposto já indicado, que deverão atender prontamente às solicitações do SENADO para tratar de questões estratégicas e operacionais.

a) os representantes deverão ser indicados mediante declaração formal, contendo:

a.1) nome completo, número de identidade e CPF, endereço eletrônico (e-mail), números de telefone celular, WhatsApp e outros meio de contato; e

a.2) a descrição de suas atribuições e poderes de decisão relacionais ao objeto do contrato.

b) a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao SENADO qualquer alteração nos dados de contato ou substituição dos representantes indicados, enviando nova declaração no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

c) o descumprimento desta obrigação sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Cláusula Décima Terceira do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras medidas cabíveis.

XXXV - manter as informações atualizadas no Sistema de Gerenciamento do Senado Federal, conforme disposto no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas;

XXXVI - cumprir determinações técnicas da Fiscalização, salvo comprovação técnica diversa;

XXXVII - utilizar os recursos previstos no contrato, somente com a autorização prévia da Fiscalização;

XXXVIII - manter equipe apta a realizar trabalhos eventuais em altura, em espaços confinados, em interação com instalações elétricas, bem como apta a conduzir os veículos disponibilizados no âmbito da contratação, conforme disposto no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas.

XXXIX - zelar pelo patrimônio público, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco de danos ao patrimônio;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

XL - zelar pela saúde de todos que transitam pelo SENADO, acionando a Fiscalização quando observar a possibilidade de risco à saúde de qualquer pessoa que esteja nas dependências do SENADO;

XLI - tomar todas as providências necessárias para a manutenção da limpeza, da organização e da estética nos locais que sofrerão intervenções, tais como:

a) manter o local de execução dos serviços permanentemente limpo, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina logo após o término de quaisquer trabalhos;

b) remover detritos, consumíveis e demais resíduos resultantes dos serviços, que deverão ser devidamente acondicionados, transportados e depositados em locais apropriados, para reciclagem ou descarte, de acordo com as normas aplicáveis;

c) manter as áreas próximas aos mobiliários e equipamentos do SENADO devidamente protegidas e limpas de sujidades ocasionadas pelo trânsito de operários e pelo serviço;

d) proteger paredes, pisos, portas, móveis e objetos das áreas próximas à execução dos serviços, utilizando lonas ou outros materiais adequados, quando necessário;

e) recolocar, nos respectivos lugares, móveis e equipamentos quando removidos para a execução dos serviços.

XLII - responsabilizar-se pela execução do objeto da contratação em conformidade com as normas técnicas vigentes, com as especificações técnicas contrato, do edital e seus anexos, com as recomendações dos fabricantes dos insumos, com as boas práticas de engenharia e com os prazos contratuais.

XLIII - complementar ou refazer, sem ônus ao SENADO e sem prejuízo das penalidades contratuais aplicáveis, em até 7 (sete) dias corridos (168 horas) ou em prazo estabelecido previamente pela fiscalização, a contar da comunicação formal da fiscalização à CONTRATADA, os serviços recusados pela fiscalização, em razão de desatendimento ao disposto neste contrato, no edital e seus anexos, em normas técnicas ou documentos contratuais e correlatos, assim como ao bom padrão de acabamento e qualidade;

XLIV - substituir, sem ônus ao SENADO e sem prejuízo das penalidades contratuais aplicáveis, em até 7 (sete) dias corridos (168 horas) ou em prazo estabelecido previamente pela fiscalização, a contar da comunicação formal da fiscalização à contratada, os materiais recusados pela fiscalização, em razão de desatendimento ao disposto neste contrato, no edital e seus anexos, em normas técnicas ou documentos contratuais e correlatos, bem assim com o bom padrão de acabamento e qualidade;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

XLV - readequar, em até 7 (sete) dias corridos (168 horas) ou em prazo estabelecido previamente pela fiscalização, a contar da comunicação formal da fiscalização à contratada, o Relatório de Execução e/ou seus anexos, rejeitados pela FISCALIZAÇÃO por descumprimento do disposto neste contrato, no edital e seus anexos;

XLVI - manter no SENADO, sob sua responsabilidade, ferramental e materiais de uso frequente, de forma a garantir a execução das atividades técnicas com a qualidade e nos prazos previstos neste contrato, no edital e seus anexos;

XLVII - fornecer prontamente à sua equipe de profissionais ferramentas elétricas, mecânicas, eletromecânicas, manuais ou computacionais necessárias à execução do objeto;

XLVIII - retirar das dependências do SENADO todos os bens de sua propriedade dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis após o término da vigência do contrato;

XLIX - observar as diretrizes de que trata o Ato do Primeiro-Secretário nº 8, de 2018, constante do Anexo 17 do edital;

L - atender à convocação da FISCALIZAÇÃO para prestação de serviços em horário e dia extraordinários, salvo com justificativa aceita pela fiscalização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No mínimo 20% (vinte por cento) das vagas previstas neste contrato deverão ser preenchidas por trabalhadores afrodescendentes, durante toda a execução contratual, conforme Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de:

I - Eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

II - Erro de indicação de Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O disposto no Parágrafo Segundo deve igualmente ser observado para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte;

I - Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do SENADO, a Administração deverá efetuar o pagamento em observância às regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, a comunicação, à Secretaria da Receita Federal, da exclusão obrigatória do referido regime tributário diferenciado, nos termos do art. 30, inciso II e § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Edital de **Pregão Eletrônico nº 90059/2026.**

PARÁGRAFO SEXTO – Caso a CONTRATADA não comprove a comunicação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o SENADO comunicará à Secretaria da Receita Federal, para avaliação da hipótese de exclusão do Simples Nacional prevista no art. 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Caso a CONTRATADA não honre com o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS concernentes a este contrato, fica o SENADO autorizado a deduzir das faturas os respectivos valores e efetuar o seu pagamento direto, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo que a comunicação deste fato ao SENADO até a data do adimplemento da obrigação poderá ser considerada como atenuante quando da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO – Na situação prevista no parágrafo anterior deve a CONTRATADA fornecer ao SENADO de imediato todas as informações e documentos necessários para a efetivação do pagamento direto.

PARÁGRAFO NONO – Na impossibilidade de pagamento direto pelo SENADO, os valores retidos serão depositados cautelarmente junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, contribuições sociais e FGTS.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá conceder aos trabalhadores intervalo para repouso e alimentação, na forma dos arts. 71 e 72 da CLT, efetuando rodízio dos empregados alocados no SENADO, de comum acordo com o gestor, quando a natureza do serviço exigir a presença ininterrupta de profissionais no posto de trabalho.

I – Não haverá solicitação de folguistas, pelo SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, observado o disposto no §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho durante a vigência dos serviços contratados.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO, incluindo eventuais danos e extravios às obras do acervo do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A CONTRATADA não poderá contratar para prestar os serviços objeto do presente contrato empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO que sejam ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2011, e no Decreto Federal nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Em decorrência do disposto no Parágrafo Décimo Terceiro desta Cláusula, a CONTRATADA sujeita-se aos termos do "Regimento Interno da Biblioteca do Senado Federal", aprovado pelo Ato do Primeiro-Secretário nº 1, de 2003, em especial quanto à responsabilidade pecuniária decorrente de atraso na devolução, danos ou extravios de obras do acervo do SENADO eventualmente emprestadas aos funcionários e prepostos da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Após a contratação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de início da efetiva prestação dos serviços (indicada na Ordem de Serviço Inicial), a CONTRATADA, as suas expensas, deverá apresentar, assinadas em pelo menos duas vias, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs registradas junto ao CREA ou os Registros de Responsabilidade Técnica - RRTs registrada junto ao CAU, em particular as que seguem:

I - Eventualmente, a CONTRATADA poderá optar por registrar ARTs ou RRTs adicionais, inclusive por profissionais que não façam parte da equipe residente, referentes a outras atividades previstas no âmbito contratual, ou até mesmo para atividades como coordenação, supervisão e direção realizadas no âmbito da CONTRATADA;

II - A CONTRATADA deverá manter as citadas ARTs e RRTs válidas por todo período de execução contratual;

III - Não serão aceitos comprovantes de envio de ART ou RRT e comprovantes de pagamento como forma de comprovação do registro;

IV - Em caso de renovação contratual ou outra alteração semelhante, as ARTs ou RRTs devem ser atualizadas. O prazo para apresentação das novas ART ou RRTs é de 30 (trinta) dias corridos após a publicação;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V - Em caso de substituição de algum dos profissionais ocupantes dos cargos descritos neste TR, a Contratada terá 30 (trinta) dias corridos após a saída do profissional anterior para apresentar a ART ou RRT do substituto.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – O(s) espaço(s) cedido(s) à CONTRATADA para o desempenhar de suas atividades não podem ser utilizados para fins diversos daqueles estabelecidos na presente contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Caberão ao SENADO as seguintes obrigações e responsabilidades, sem prejuízo das disposições legais e das estabelecidas na contratação advinda do edital e deste contrato:

I - exercer a gestão e supervisão dos serviços prestados, por servidores ou comissão previamente designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, acompanhando rigorosamente o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias relacionadas ao respectivo contrato, exigindo cópias dos documentos comprobatórios da quitação dessas obrigações, bem como o exame das carteiras profissionais dos prestadores de serviços;

II - comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, exigindo seu imediato saneamento sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

III - permitir o acesso e a permanência dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços contratados;

IV - prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA ou por seu preposto, para cumprimento de suas obrigações;

V - efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

VI - exigir, mediante justificativa, a imediata substituição de qualquer empregado quando não possuir a qualificação mínima exigida ou sempre que sua conduta for julgada insatisfatória ou inconveniente para o SENADO;

VII - fornecer acesso aos sistemas informatizados a serem utilizados, exclusivamente, para o desempenho dos serviços a serem contratados;

VIII - fornecer crachá de acesso às suas dependências, de uso obrigatório pelos empregados da CONTRATADA;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IX - solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer produto, material, utensílio ou equipamento cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações ou, ainda, que não atendam às necessidades do SENADO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada qualquer ingerência de agentes públicos vinculados ao SENADO na administração da CONTRATADA, inclusive no que se refere à proibição de direcionamento ou de indicação de pessoas para trabalharem na CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de instrução referido no Parágrafo Segundo desta cláusula somente terá início após a verificação, por parte do Gestor da avença, acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previsto no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais,

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução dos serviços objeto deste contrato no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, por meio de:

I - Equipe de Dedicação Exclusiva, constituída de profissionais residentes cujas atividades estão descritas no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas;

a) Execução dos serviços:

a.1) Haverá execução de trabalho diurno e noturno, conforme a necessidade da Administração, cuja gestão das respectivas equipes fixas deverá ser feita pela CONTRATADA, obedecendo os intervalos mínimos intrajornada previstos na legislação trabalhista;

a.2) Condições Específicas: a CONTRATADA deverá garantir que todas as normas de segurança e saúde ocupacional sejam rigorosamente cumpridas durante a execução dos serviços em horário diurno/noturno;

a.3) Adicional Noturno: o pagamento do adicional noturno será realizado conforme a legislação vigente, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a gestão do registro no ponto e deverá entrar no faturamento do respectivo mês.

a.4) A equipe de trabalho noturno deverá realizar trabalho diurno, conforme a necessidade da Administração, desde que respeitados os intervalos mínimos intrajornada previstos na legislação trabalhista, cujo adicional noturno deverá ser glosado na respectiva fatura, conforme os registros feitos no relógio de ponto biométrico.

II - Serviços sob Demanda caracterizados como serviços eventuais e/ou especializados a serem subcontratados ou realizados por outros funcionários da empresa, não integrantes da Equipe de Dedicação Exclusiva.

a) Ordinariamente os serviços relacionados no grupo “serviços sob demanda” serão executados por equipes especializadas cujos colaboradores não façam parte da equipe de dedicação exclusiva. Contudo, esses serviços poderão ser executados pela equipe de posto fixo, nos casos em que for verificada vantajosidade para o SENADO. Nessas ocasiões os custos de mão de obra nas composições do serviço não serão pagos à CONTRATADA e os materiais necessários

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para os serviços, nessa ocasião, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, sendo a respectiva remuneração já considerada na parcela de materiais do serviço sob demanda.

III - Fornecimento de materiais necessários à execução dos serviços;

IV - Disponibilização de Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico;

V - Disponibilização de Ferramentas mínimas necessárias à execução dos serviços;

VI - Disponibilização de Veículos mínimos necessários à execução dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os incisos listados no parágrafo acima estão discriminados e desdobrados no Anexo 7 do Edital – Planilhas de Composição de Custo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As diretrizes técnicas para execução do objeto e os aspectos relacionados à jornada de trabalho dos profissionais referidos no inciso I do Parágrafo Quarto estão disciplinados no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As especificações contidas no Subanexo 2.1 – Fichas de Especificações Consolidadas deverão ser observadas para fins de aferição da compatibilidade às exigências mínimas de qualidade, qualificação e desempenho previstos no ato convocatório.

PARÁGRAFO QUARTO – A execução do objeto ocorrerá no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, Residências Oficiais e áreas comuns do Congresso Nacional, localizado em Brasília – DF (Anexo 5 – Pranchas Gráficas e Fotos Ilustrativas dos Locais de Execução dos Serviços no Senado Federal).

PARÁGRAFO QUINTO – Os serviços e o atendimento às demandas dos usuários, serão acionados mediante abertura de Ordem de Serviço, conforme estabelecido no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA não poderá interromper a realização dos serviços sem justificativa aceita pela Fiscalização.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A critério da Fiscalização, a CONTRATADA estará obrigada a fornecer outros materiais ou prestar outros serviços sob demanda - por meios próprios ou mediante subcontratação - imprescindíveis à execução dos serviços, mas que eventualmente não constem das Planilhas de Composição de Custo do Anexo 7 do Edital, mediante procedimento descrito no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas.

I - Esta previsão é necessária, dado que é impossível prever exaustivamente todo e qualquer serviço que poderá ser demandado, dada a natureza e complexidade do objeto. Ademais, o valor previsto para tal finalidade é irrisório e não configura possibilidade de nova contratação, já que o respectivo item só poderá ser acionado em caso eventual e extraordinário, no interesse e sem prejuízo para a Administração (conforme as condições para pagamento previstas no mesmo no anexo citado), de modo a garantir a continuidade dos serviços essenciais da Casa.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO OITAVO – Conforme a dinâmica do contrato, pode haver um aumento sazonal da demanda de determinados serviços em determinados locais no CASF, de modo que a CONTRATADA, a fim de não prejudicar a correta execução do objeto contratual, deverá considerar em sua proposta eventual incremento da quantidade de profissionais para realizar os Serviços Sob Demanda, bem como incremento da quantidade de ferramentas/equipamentos/veículos utilizados por esses profissionais.

PARÁGRAFO NONO – O objeto desta contratação será recebido **mensalmente** após verificação dos aspectos referentes à execução técnica – por parte da Fiscalização –, bem como dos aspectos legais, fiscais e trabalhistas – por parte do órgão gestor do contrato –, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato, no edital e seus anexos.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A garantia dos serviços realizados será de 5 (cinco) anos, e do material empregado será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados da conclusão e recebimento pela fiscalização da respectiva tarefa, ainda que esse período de garantia ultrapasse o período de prestação dos serviços regularmente contratados, observadas as disposições do Parágrafo Décimo Primeiro.

I - A garantia deverá vigorar por prazo superior caso a garantia do fabricante do material seja também superior, bem como nas situações previstas no Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO– No caso de insumos, o prazo de garantia deverá ser igual ao prazo oferecido pelo fabricante do produto em condições normais. Em qualquer situação, porém, o prazo de garantia por vícios aparentes ou de fácil constatação não poderá ser inferior a 90 (noventa dias) contados do recebimento do objeto, em observância ao artigo 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

I - No caso de vício oculto, esse prazo de 90 (noventa) dias será contado a partir do momento em que for identificado o defeito pelo SENADO.

II - Nesse período, a CONTRATADA estará obrigada a refazer os serviços ou substituir os materiais que apresentarem defeitos, garantindo desta forma a confiabilidade e o desempenho dos sistemas ou instalações, às suas expensas, sem ônus para o SENADO.

III - As medidas corretivas que venham a se fazer necessárias durante o prazo de garantia estipulado neste parágrafo deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente àquele do recebimento da notificação expedida pelo SENADO.

IV - O prazo de garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos contados do seu recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços ou materiais considerados inadequados pela Fiscalização.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A depender da natureza dos serviços das Ordens de Serviço, a FISCALIZAÇÃO indicará a necessidade de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

I - Quando se fizer necessária, a documentação deverá ser apresentada pela CONTRATADA ao(à) Gestor(a) da avença em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

II - Nas demandas realizadas, poderá ser exigida ART ou RRT:

a) De Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) para os serviços de engenharia civil e/ou arquitetura;

b) De Engenheiro(a) Eletricista para os serviços elétricos;

c) De Engenheiro(a) Mecânico para os serviços de climatização;

d) Serão aceitos profissionais com habilitação equivalente, conforme normativa específica do CONFEA.

CLÁUSULA SEXTA – DA RETENÇÃO DE PROVISÕES POR MEIO DE DEPÓSITOS EM GARANTIA BLOQUEADOS PARA MOVIMENTAÇÃO- DGBM

O SENADO fará a retenção da provisão de valores para o pagamento das férias, de 1/3 constitucional das férias e 13º salário, com seus respectivos depósitos de FGTS e encargos previdenciários; multa sobre fundo de garantia (FGTS) e outras verbas rescisórias devidas aos trabalhadores da CONTRATADA, por meio de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação - DGBM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As verbas mencionadas no ***caput*** desta cláusula serão deduzidas do valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A última fatura apresentada pela CONTRATADA será paga após a comprovação da quitação das verbas mencionadas no ***caput*** desta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os depósitos de que trata o ***caput*** serão efetuados conjuntamente com os valores correspondentes ao lucro e à taxa de administração incidentes sobre a parcela depositada, os quais serão liberados após a quitação das respectivas verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO QUARTO – As quantias que serão retidas para o atendimento desta cláusula serão obtidas pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Os valores relativos aos encargos previdenciários e ao FGTS serão liberados à CONTRATADA após a comprovação dos respectivos pagamentos.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO SEXTO – Os valores provisionados na forma do ***caput*** desta Cláusula serão pagos diretamente aos trabalhadores nas seguintes condições:

I - parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

II - parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

III - quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS; e

IV - ao final da vigência do contrato, incluídas suas eventuais prorrogações, para o pagamento das demais verbas descritas no ***caput*** desta cláusula.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A hipótese prevista no inciso IV do Parágrafo Sexto desta cláusula não se aplica caso seja pactuado novo contrato, contiguamente, com a mesma empresa e com o mesmo objeto.

PARÁGRAFO OITAVO – Ocorrendo a situação prevista no Parágrafo Sétimo desta cláusula, poderão ser liberados à empresa os valores depositados referentes ao lucro e à taxa de administração.

I - O remanescente dos valores depositados passará a se vincular ao novo contrato.

PARÁGRAFO NONO – Se houver redução do objeto contratado no curso do contrato ou em razão de celebração de novo contrato, os depósitos correspondentes à redução promovida serão liberados na forma prevista no inciso III do Parágrafo Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato solicitação para pagamento direto aos trabalhadores acompanhada da comprovação da ocorrência dos eventos mencionados no ***caput*** desta cláusula, em até 20 (vinte) dias antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para o pagamento das referidas verbas, bem como de lista em formato definido pelo SENADO, contendo dados relativos ao pagamento dos empregados.

I – A CONTRATADA será informada de eventuais inconsistências nos dados para pagamento em até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista em ato normativo ou no Contrato para a quitação das referidas verbas.

II – Quando forem verificadas inconsistências de dados, cuja responsabilidade de informação seja da CONTRATADA, o SENADO não efetuará o pagamento direto aos trabalhadores, cabendo à CONTRATADA efetuá-los, dentro dos prazos legais e/ou contratuais, nos termos do Parágrafo Décimo Segundo desta cláusula.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo previsto no Parágrafo Décimo desta cláusula não exime a CONTRATADA da responsabilidade de observar os prazos legais, que prevalecem sobre os contratuais, para pagamento das verbas trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na hipótese de inobservância do prazo previsto no Parágrafo Décimo, ou caso o prazo legal para pagamento seja inferior a 20 (vinte dias), deverá a CONTRATADA quitar as verbas trabalhistas e/ou previdenciárias no prazo legal e solicitar a liberação do respectivo valor ao SENADO.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os valores provisionados serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o ***caput*** desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Ao final da vigência contratual, o saldo existente no DGBM somente será liberado à CONTRATADA após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado e das sanções pecuniárias aplicadas, em até 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência contratual, mediante homologação e/ou instrumento equivalente emitido pelo sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os valores depositados em garantia serão remunerados nos termos do acordo de cooperação firmado com a Instituição Financeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – No caso de haver cobrança de tarifa bancária, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados como DGBM.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de **R$ 530.249,88** (quinhentos e trinta mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos), conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.160064/2026-88, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços e/ou fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA				
SUB ITEM	**CATEGORIAS**	**QUANTI-DADE**	**CUSTO UNITÁRIO (R$)**	**CUSTO MENSAL (R$)**
1.1.1	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistemas Construtivos	1,00	R$ 23.032,57	R$ 23.032,57
1.1.2	Supervisor(a) Técnico(a) - Segurança do Trabalho	1,00	R$ 29.529,83	R$ 29.529,83

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA				
SUB ITEM	**CATEGORIAS**	**QUANTI-DADE**	**CUSTO UNITÁRIO (R$)**	**CUSTO MENSAL (R$)**
1.1.3	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados	1,00	R$ 17.375,34	R$ 17.375,34
1.1.4	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados - noturno	1,00	R$ 19.339,01	R$ 19.339,01
1.1.5	Técnico(a) em Edificações - Planejamento	1,00	R$ 13.683,01	R$ 13.683,01
1.1.6	Mestre de Obras (Posto de Trabalho)	2,00	R$ 11.823,34	R$ 23.646,68
1.1.7	Mestre de Obras (Posto de Trabalho) - noturno	1,00	R$ 13.105,62	R$ 13.105,62
1.1.8	Oficial de Serviços Gerais	6,00	R$ 6.781,94	R$ 40.691,64
1.1.9	Oficial de Serviços Gerais - noturno	3,00	R$ 7.421,15	R$ 22.263,45
1.1.10	Ajudante de Serviços Gerais	4,00	R$ 5.165,19	R$ 20.660,76
1.1.11	Ajudante de Serviços Gerais - noturno	2,00	R$ 5.598,16	R$ 11.196,32
1.1.12	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado	1,00	R$ 6.781,94	R$ 6.781,94
1.1.13	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado - noturno	1,00	R$ 7.421,15	R$ 7.421,15
1.1.14	Técnico em Eletrotécnica - noturno	1,00	R$ 10.095,21	R$ 10.095,21
1.1.15	Eletricista	2,00	R$ 6.781,94	R$ 13.563,88
1.1.16	Eletricista - noturno	1,00	R$ 7.421,15	R$ 7.421,15
1.1.17	Auxiliar de Eletricista	1,00	R$ 5.165,19	R$ 5.165,19
1.1.18	Auxiliar de Eletricista - noturno	1,00	R$ 5.598,16	R$ 5.598,16
1.1.19	Instalador(a) Hidráulico(a)	1,00	R$ 6.781,94	R$ 6.781,94
1.1.20	Instalador(a) Hidráulico(a) – noturno	1,00	R$ 7.421,15	R$ 7.421,15
1.1.21	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária	1,00	R$ 5.165,19	R$ 5.165,19
1.1.22	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária - noturno	1,00	R$ 5.598,16	R$ 5.598,16
1.1.23	Técnico(a) Eletromecânico(a)/Ar-Condicionado - noturno	1,00	R$ 8.283,03	R$ 8.283,03
1.1.24	Eletromecânico(a) de Ar-Condicionado	2,00	R$ 6.818,09	R$ 13.636,18

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TABELA 1 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS COM MÃO-DE-OBRA				
SUB ITEM	**CATEGORIAS**	**QUANTI-DADE**	**CUSTO UNITÁRIO (R$)**	**CUSTO MENSAL (R$)**
1.1.25	Eletromecânico(a) de Ar-Condicionado - noturno	1,00	R$ 7.461,92	R$ 7.461,92
1.1.26	Duteiro(a)	1,00	R$ 6.781,94	R$ 6.781,94
1.1.27	Duteiro(a) - noturno	1,00	R$ 7.421,15	R$ 7.421,15
TOTAL MENSAL				**R$ 359.121,57**
TOTAL PARA 30 MESES				**R$ 10.773.647,10**

TABELA 2 - RESUMO GERAL DOS CUSTOS POR ITEM			
SUBITEM	**DESCRIÇÃO**	**CUSTO MENSAL (R$)**	**CUSTO PARA 30 MESES (R$)**
1.1	Equipe de Dedicação Exclusiva	R$ 359.121,57	R$ 10.773.647,10
1.2	Serviços sob demanda	R$ 77.412,39	R$ 2.322.371,60
1.3	Materiais	R$ 86.919,01	R$ 2.607.570,26
1.4	Sistema de Ponto Eletrônico Biométrico	R$ 23,32	R$ 699,60
1.5	Depreciação Ferramental	R$ 4.763,05	R$ 142.891,50
1.6	Veículos	R$ 2.010,54	R$ 60.316,20
TOTAL		**R$ 530.249,88**	**R$ 15.907.496,26**
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 30 MESES		**R$ 15.907.496,26**	

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para fins de apuração e pagamento, serão adotados critérios de medição para os itens da contratação, conforme estabelecido abaixo:

I - A parcela contratual referente à Equipe de Dedicação Exclusiva será medida com a comprovação de presença por meio de ponto controlado por sistema eletrônico biométrico, além das demais documentações estabelecidas no Ato da Diretoria-Geral nº 14 de 2022;

a) O órgão gestor do contrato poderá aplicar glosas ao faturamento apresentado, em razão de eventuais desconformidades apuradas.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

II - Os itens referentes a Serviços Sob Demanda e Materiais, serão objeto de medição mensal apenas quando efetivamente utilizados ou prestados, não havendo garantia de uso integral da quantidade que está prevista na contratação;

a) No que tange aos Serviços Sob Demanda executados no mês de referência, o valor a ser reembolsado à CONTRATADA pelo SENADO será aquele referente à quantidade medida pela Fiscalização multiplicada pelo preço unitário cotado na proposta da CONTRATADA.

b) No que tange aos Materiais utilizados no mês de referência, o valor a ser reembolsado à CONTRATADA pelo SENADO será aquele referente à quantidade medida pela Fiscalização multiplicada pelo menor valor entre:

b.1) O preço unitário cotado na proposta da CONTRATADA;

b.2) O preço unitário constante da nota fiscal apresentada pela CONTRADADA acrescido do BDI médio para mero fornecimento de materiais estabelecido no Acórdão TCU/Plenário nº 2622/2013 (primeiro quartil) ou em suas atualizações, acrescendo em sua composição a parcela referente à CPRB.

c) A Fiscalização poderá solicitar ao gestor a aplicação de glosas sobre o faturamento, em razão de diferenças entre os valores eventualmente pagos por Serviços sob Demanda e Materiais não constantes das Planilhas de Composição de Custo, conforme previsto no inciso III e os valores apurados para esses Serviços sob Demanda e Materiais após a realização de pesquisa de preços.

III - Os Serviços sob demanda e Materiais imprescindíveis à execução dos serviços que eventualmente não constem das Planilhas de Composição de Custo do Anexo 7 do Edital – Planilhas de Composição de Custo, nem do Anexo 2 do Edital – Caderno de Especificações Técnicas - conforme os itens C.2.4 e C.4.3 do Anexo 2 do Edital, respectivamente -, serão objeto de medição mensal apenas quando efetivamente utilizados ou prestados.

a) O valor para pagamento será o menor apurado entre o valor da nota fiscal e o verificado na tabela SINAPI subtraído do desconto médio concedido na proposta comercial da empresa sobre a lista de serviços sob demanda do edital (Planilha 8 do Anexo 7 do Edital) / lista de materiais do edital (Planilha 4 do Anexo 7 do Edital);

b) Em caso de o contrato não indicar expressamente o percentual de desconto médio concedido pela CONTRATADA em sua proposta comercial para Serviços Sob Demanda / Materiais, tal valor será apurado pela FISCALIZAÇÃO a partir da fórmula:

$$\%\ \text{Desconto Médio} = \frac{(V_{\text{Edital}} - V_{\text{Proposta}})x100}{V_{\text{Edital}}}$$

c) Caso o item não conste da tabela SINAPI, o valor máximo a ser pago não poderá ser superior ao valor de mercado apurado por meio de pesquisa de preços realizada pelo SENADO decrescido do desconto médio calculado conforme alínea anterior;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) Sobre o menor valor apurado em cada caso (alíneas "a" ou "b" acima), a CONTRATADA poderá aplicar o patamar do BDI estabelecido para mero fornecimento de materiais estabelecido no Acórdão TCU/Plenário nº 2622/2013 (primeiro quartil) ou em suas atualizações, acrescendo em sua composição a parcela referente à CPRB;

e) O contrato deverá indicar expressamente o percentual de desconto médio concedido pela CONTRATADA em sua proposta comercial para serviços sob demanda / materiais. Em caso de omissão, tal valor será apurado pela FISCALIZAÇÃO a partir da fórmula da alínea "b" acima.

IV - A medição da Depreciação de Ferramentas / Equipamentos / Veículos será devida para cada um destes elementos apenas a partir de sua apresentação e será feita *pro rata temporis*, conforme o número de dias disponibilizado de cada mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para fins de limite de desembolso, o gasto máximo do SENADO será efetuado, nos seguintes termos:

I - O desembolso do SENADO com Serviços Sob Demanda mencionados no inciso III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula não poderá exceder a R$ 125.000,00 (cento e vinte cinco mil reais) por ano de vigência do contrato;

II - O desembolso do SENADO com Serviços Sob Demanda - incluindo os gastos contemplados no inciso III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula - não poderá exceder o valor referente a quantidade total contratada para essa finalidade (para Serviços Sob Demanda – referente à Planilha 3 do Anexo 7 do Edital) multiplicada pelo fator de utilização de 0,2;

III - O desembolso do Senado com Materiais mencionados no inciso III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula não poderá exceder a R$ 125.000,00 (cento e vinte cinco mil reais) por ano de vigência do contrato;

IV - O desembolso do SENADO com Materiais - incluindo os gastos contemplados no inciso III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula - não poderá exceder o valor referente a quantidade total contratada para essa finalidade (para Materiais – referente à Planilha 4 do Anexo 7 do Edital) multiplicada pelo fator de utilização de 0,2.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Como condição para realizar o faturamento mensal, a CONTRATADA deverá:

I - Inserir, no Sistema de Gerenciamento do Senado Federal, os arquivos XML das notas fiscais eletrônicas (NF-e) dos insumos descritos nos incisos III e V do *caput* da Cláusula Quinta passíveis de serem faturados no mês de referência, ou seja, utilizados em Ordens de Serviço concluídas e que ainda não tenham sido faturadas;

II – Apresentar Relatório de Execução, em formato PDF-A, assinado pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) pela CONTRATADA com certificação digital da ICP-Brasil (Infraestrutura de

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Chaves Públicas Brasileira). O Relatório de Execução – que, a critério da CONTRATADA, poderá ser extraído do Sistema de Gerenciamento do SENADO – deverá conter, no mínimo:

a) Detalhamento das Ordens de Serviço executadas (objeto, local, data de início e data de fim);

b) Levantamento da quantidade consumida de cada material/serviço por Ordem de Serviço;

c) Cotejamento entre os Materiais/Serviços listados nas NF-e apresentadas pela Contratada e aqueles indicados nas Ordens de Serviço;

d) Indicação de saldo da quantidade dos materiais e serviços utilizados no mês em suas respectivas NF-e.

III - Apresentar Relatório de Execução, em formato PDF-A, assinado pelo(s) Responsável(is) Técnico(s) pela CONTRATADA com certificação digital da ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira). O Relatório que, a critério da CONTRATADA, poderá ser extraído do Sistema de Gerenciamento do Senado Federal - deverá conter, no mínimo:

a) Descrição dos serviços executados, com ilustração em fotos;

b) Data de início e fim das Ordens de Serviço, descrevendo os atrasos (caso ocorram);

c) Outras informações relevantes ou solicitadas pela fiscalização.

IV- Apresentar Relatório de Segurança do Trabalho, contendo:

a) Total de acidentes no mês de referência;

b) Total de acidentes na execução do contrato, inclusive os ocorridos no mês de referência;

c) Taxa de frequência de acidentes na execução do contrato;

d) Cópia de eventuais Comunicações de Acidente de Trabalho – CAT ocorridas no mês de referência.

PARÁGRAFO QUARTO – A Fiscalização analisará previamente os arquivos listados no Parágrafo Terceiro desta Cláusula e, se necessário, solicitará que a CONTRATADA faça as devidas readequações em até 7 (sete) dias corridos.

PARÁGRAFO QUINTO – O primeiro faturamento a ser apresentado pela CONTRATADA após o início da execução contratual terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços sob sua responsabilidade e o último dia do mês correspondente, enquanto os documentos subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO SEXTO – Concluídas as verificações referentes à execução técnica, a documentação correspondente será encaminhada pela Fiscalização ao órgão gestor do contrato para autuação do processo de pagamento e avaliação dos aspectos legais e contratuais diretamente relacionados à mão de obra.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O valor anual estimado do presente contrato é de **R$ 6.362.998,50** (seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) e o valor total estimado para 30 (trinta) meses é de **R$ 15.907.496,26** (quinze milhões, novecentos e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e seis centavos), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.

PARÁGRAFO OITAVO – O SENADO pagará à CONTRATADA, acrescendo ao preço global mensal, mediante apresentação de documento fiscal em separado, os valores referentes a eventual serviço extraordinário realizado, quando esgotados todos os meios de utilização do "BANCO DE HORAS", respeitado o limite fixado pela legislação, por empregado, na conformidade do inciso XIII da Cláusula Segunda deste contrato.

PARÁGRAFO NONO – O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, condicionados ao prévio atesto dos serviços pelo Gestor e à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias vencidas relativas ao contrato, após o recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O primeiro documento fiscal a ser apresentado terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e os documentos fiscais subsequentes terão como referência o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, a contar do recebimento do documento fiscal, condicionados à manifestação do gestor na forma do Parágrafo Décimo Terceiro e à apresentação de:

I - Documento fiscal correspondente ao faturamento do mês, discriminando os serviços executados e/ ou os materiais utilizados no mês de referência, com data de emissão posterior à do último dia do mês que se pretende faturar;

II - Prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante do documento fiscal apresentado, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, quando for o caso deste pagamento pela CONTRATADA, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

III - Guias de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

IV - Espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;

V - Comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;

VI - Tabela demonstrando os descontos efetuados na nota fiscal do mês de referência, sobre os valores com obrigação mensal sem comprovação de pagamento (Vale-Transporte, Auxílio Alimentação, Adicional Noturno, etc.), tendo como base de cálculo a fórmula de composição de custos utilizada na formulação da planilha de preços das categorias;

VII - Planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;

VIII - Planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário;

IX - Apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os valores provisionados em DGBM, previstos na Cláusula Sexta, serão liberados à CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação dos documentos que comprovem a quitação das verbas de que trata o ***caput*** da referida Cláusula Sexta.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Os pagamentos mensais ficam condicionados à manifestação da gestão do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades, qualidade e cumprimento das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Eventual irregularidade constatada na apresentação dos documentos elencados nos incisos do Parágrafo Décimo Primeiro ensejará a suspensão do pagamento até que haja sua regularização no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sem prejuízo da possibilidade de depósito dos valores em conta vinculada, pagamento direto aos trabalhadores, aplicação de penalidade, bem como de rescisão unilateral pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso IX da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista na Cláusula Décima Terceira.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – No encaminhamento do documento fiscal, a CONTRATADA deverá fazer demonstração analítica da cobrança de cada rubrica de que trata esta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Havendo vício a reparar em relação ao documento fiscal mencionado no *caput* do Parágrafo Décimo Primeiro, o prazo para pagamento poderá ser suspenso até que haja reparação do vício.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Não será permitida, em hipótese alguma, a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta, ou, ainda, por materiais não utilizados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Não serão objeto de faturamento/pagamento eventuais serviços auxiliares, tais como frete, substituição, embalagem e outros.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Décimo Primeiro e a data do efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento fiscal próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = i / 365 I = 6/ 100 / 365 I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

É admitido o reajustamento dos valores que compõem os custos deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a ser contabilizado conforme os seguintes critérios:

I - repactuação do preço quanto aos custos referentes à mão de obra: a partir da data-base consignada no acordo, na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa vigente na época da apresentação da proposta;

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

II - reajuste do preço quanto aos insumos, materiais e equipamentos: a partir da data da apresentação da proposta, devendo ser observado o disposto no Parágrafo Primeiro da presente Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os itens correspondentes às despesas operacionais administrativas (custos indiretos), lucro, insumos e materiais, constantes da Planilha de Composição de Custos que fundamenta a proposta da CONTRATADA e que não se refiram a obrigações decorrentes de norma coletiva de trabalho, decisão judicial ou disposição legal, serão reajustados com base na variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, após 12 (doze) meses contados da data de celebração do contrato, não incidindo sobre tais itens quaisquer variações decorrentes de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

I – Quando a remuneração dos itens despesas operacionais administrativas (custos indiretos) e lucro for estipulada por meio de índice percentual, estes terão seus percentuais da proposta original conservados, nos casos de aditamentos provenientes dos institutos do 'fato da administração' e do 'fato do príncipe', com o intuito de preservar a proporcionalidade e a condição efetiva da proposta inicial da contratada.

II – Os itens referentes à depreciação de ferramentas/equipamentos ou materiais de consumo, quando forem itens independentes na licitação, também serão reajustados na forma do *caput* do Parágrafo Primeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O primeiro reajuste dos itens mencionados no Parágrafo Primeiro desta cláusula levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, deverão ser observados os respectivos termos iniciais para cada categoria profissional, observando-se, quanto ao termo inicial da anualidade, o disposto no inciso I do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida, aplicando-se, no que couber, o disposto no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos relativos à mão de obra, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O SENADO não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO OITAVO - O SENADO não se vinculará às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

PARÁGRAFO NONO – Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Desde que acordado entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação se inicia a partir da homologação da Convenção Coletiva ou do Acordo Coletivo de Trabalho vinculada à proposta da CONTRATADA que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato e se encerrará na data da prorrogação contratual subsequente, ou caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nas repactuações baseadas em convenções coletivas de trabalho, não serão aplicados os índices apresentados pela CONTRATADA quando estes estiverem injustificada ou abusivamente mais altos que aqueles praticados no mercado relevante, hipótese em que será apurada a média dos índices utilizados nas convenções coletivas de trabalho relativas a períodos semelhantes, utilizando-se o percentual resultante como limite para a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A ausência de solicitação formal nas hipóteses previstas nos Parágrafos Décimo Primeiro e Décimo Terceiro desta cláusula configurará a

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

renúncia, por parte da CONTRATADA, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO– A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Acerto Final de Contas, se extinto o contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – O prazo para resposta aos pedidos de repactuação ou de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro formulados pela CONTRATADA será de 90 (noventa) dias, prorrogável mediante comprovada justificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – O arredondamento de valores e preços deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010.

I – para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais;

II – quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na alínea I for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 249316 e Natureza de Despesa 339030; 339037; e 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº 2026NE4348, 2026NE4350, 2026NE4351, 2026NE4353 e 2026NE4354, 1de 20 de agosto de 2026.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R$ 318.149,92** (trezentos e dezoito mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos), correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor anual deste contrato, nos termos

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a qual poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para renová-la ou complementá-la, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Sexto da Cláusula Sétima.

I – A garantia prevista somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

II – Caso o pagamento de que trata o inciso anterior não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato;

IV – obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da execução do contrato e não honradas pela CONTRATADA;

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por essa razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do caput desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de "expectativa de sinistro", o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Anexo X do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará, preferencialmente, por correspondência eletrônica ou pelo Sistema de Gerenciamento do SENADO.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Adicionalmente ao meio indicado no parágrafo anterior, a comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por telefone disponibilizado pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fim de garantir celeridade e eficiência no repasse de assuntos técnicos entre a equipe residente, a CONTRATADA deverá providenciar telefones celulares móveis com acesso à internet (para utilização de aplicativo de mensagens) para, no mínimo, os profissionais integrantes dos seguintes cargos:

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF-03472	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistemas Construtivos
SF-03085	Supervisor(a) Técnico(a) - Segurança do Trabalho
SF-03487	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados
SF-05132	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados - noturno
SF-05136	Técnico(a) em Edificações - Planejamento
SF-01412	Técnico em Eletrotécnica
SF-03589	Técnico(a) Eletromecânico(a)/Ar-Condicionado

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação deverá estar disponível durante as jornadas de trabalho previstas nesse instrumento.

PARÁGRAFO QUINTO - Os meios de comunicação não podem depender unicamente das redes de telecomunicações do SENADO, pois em situações de crise elas podem estar indisponíveis.

PARÁGRAFO SEXTO - Não haverá pagamento adicional referente aos meios de comunicação e/ou sobreaviso da CONTRATADA por parte do SENADO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro desta Cláusula, a autoridade competente poderá:

I – aplicar multa punitiva entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O retardamento da execução ficará configurado quando a CONTRATADA:

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

I - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 3 (três) dias úteis contados da data apontada para seu início na Ordem de Serviço;

II - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

a) excetuam-se, neste caso, os feriados prolongados, quando deverá a CONTRATADA notificar previamente a fiscalização da intenção de interromper os trabalhos no período.

PARÁGRAFO SEXTO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – Pela impontualidade na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigações acessórias, a CONTRATADA ficará sujeita à multa moratória, por dia de ocorrência, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente da parcela contratual referente à *Equipe de Dedicação Exclusiva,* sem prejuízo das demais sanções previstas nesta cláusula:

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
1	Deixar de observar as determinações do SENADO quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado.
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado.
4	Deixar de providenciar a abertura da conta bloqueada para movimentação – DGBM, no prazo previsto.
5	Deixar de apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço.
6	Não apresentar Relatório Diário de Obras (RDO) ou outros documentos solicitados pela Fiscalização a respeito da execução da obra (cronograma –

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
	inclusive replanejamento, As-Built, etc), no período estabelecido no contrato, no edital e seus anexos ou outro estabelecido pela Fiscalização.
GRAU 2	
De 0,3 (três décimos por cento) a 0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
7	Deixar de exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.
8	Atrasar, injustificadamente, o início ou a conclusão de Ordem de Serviço extraordinária.
9	Deixar de comunicar formalmente ao gestor/fiscal e de registrar em meio físico ou eletrônico, conforme definido pelo Senado, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços.
10	Manter ou apresentar profissional sem a qualificação mínima exigida, por empregado.
11	Deixar de designar preposto por escrito, indicando dados para contato direto, conforme previsto neste contrato.
12	Deixar de fornecer previamente ao SENADO e manter atualizada durante toda a execução contratual relação contendo, no mínimo, nomes, categorias, endereços, telefones, números de RG e CPF dos empregados que terão acesso ao SENADO, bem como os demais documentos solicitados neste contrato, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
13	Deixar de manter equipe apta a realizar trabalhos eventuais em altura, em espaços confinados, em interação com instalações elétricas, bem como apta a conduzir os veículos disponibilizados no âmbito da contratação, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
14	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato Responsável Técnico pelos serviços, conforme previsto neste contrato, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
15	Deixar de complementar ou refazer, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO, em até sete dias corridos, os serviços rejeitados pela FISCALIZAÇÃO por descumprimento do disposto neste contrato, normas técnicas ou legislação vigentes, salvo se o serviço não estiver no período de garantia.
16	Deixar de substituir, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO, em até sete dias corridos, os materiais rejeitados pela FISCALIZAÇÃO por descumprimento do disposto neste contrato, salvo se o material não estiver no período de garantia.
17	Deixar de efetuar a limpeza dos locais de instalação e execução dos serviços, inclusive com a remoção, transporte e descarte de entulho ou demais materiais consumíveis utilizados pela CONTRATADA.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
18	Deixar de manter Sistema de Gerenciamento do SENADO devidamente atualizado.
19	Deixar de apresentar as ARTs ou RRTs referentes aos serviços conforme previsto neste contrato, sem justificativa aceita pela FISCALIZAÇÃO.
GRAU 3	
De 0,5 (cinco décimos por cento) a 0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
20	Deixar de cumprir às exigências relativas às normas disciplinares e às orientações de segurança e de prevenção de incêndios.
21	Deixar de fornecer a seus empregados equipamentos de proteção e segurança do trabalho, de acordo com a legislação em vigor, exigindo-lhes o uso em serviço, por empregado.
22	Atrasar, injustificadamente, o início ou a conclusão de Ordem de Serviço previamente agendada.
23	Deixar de fornecer produtos, materiais, ferramentas, instrumentos de uso necessário à execução do objeto do contrato, de acordo com o especificado no edital.
24	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, deixar de informar a necessidade de recomposição complementar, ou executar serviço em desacordo com normas técnicas, boas práticas de engenharia, bom padrão de acabamento e qualidade ou eventuais instruções passadas pela Fiscalização, bem como empregar materiais em desacordo com as especificações do contrato, do Edital e seus Anexos, de normas técnicas ou de instruções preconizadas pelo fabricante, sem justificativa aceita pela Fiscalização
25	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletivo (EPC), quando necessários, ou sem seguir os procedimentos de segurança apropriados.
26	Atribuir atividade a profissional sem qualificação técnica para a execução daquele serviço, ou com atribuições profissionais incompatíveis com o trabalho a ser executado.
27	Utilizar as dependências do SENADO para fins diversos do objeto do contrato.
28	Utilizar os recursos previstos no contrato para fins diversos do objeto.
29	Utilizar os recursos previstos no contrato, sem a autorização prévia da Fiscalização.
30	Apresentar documento, declaração ou informação falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos responsáveis.
31	Deixar de cumprir, injustificadamente, determinações técnicas formais da Fiscalização.
32	Executar serviço, utilizando itens contratuais, sem a autorização prévia da Fiscalização

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

GRAU 1	
De 0,1% (um décimo por cento) a 0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
GRAU 4	
De 0,9 (nove décimos por cento) a 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
33	Manter em serviço número de profissionais inferior ao contratado, por empregado.
34	Deixar de observar a legislação trabalhista, previdenciária e Convenções Coletivas das respectivas categorias, por empregado.
35	Descontar do salário dos seus empregados o custo de uniforme e calçado, por empregado.
GRAU 5	
De 1,7 (um inteiro e sete décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
36	Interromper a realização dos serviços.
37	Deixar de indenizar o SENADO ou terceiros no caso de danos causados por seus empregados ou prepostos em razão da execução do presente contrato.
38	Deixar de substituir empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores ocupantes de cargos ou funções comissionadas, na forma do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010, por empregado
GRAU 6	
De 3,3 (três inteiros e três décimos) até 6,4% (seis inteiros e quatro décimos por cento)	
ITEM	**INFRAÇÃO**
39	Atrasar o pagamento de salários, auxílio transporte, auxílio alimentação e demais obrigações trabalhistas, previdenciárias, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim como todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato.
40	Permitir situação capaz de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer empregado da CONTRATADA ou a servidores e usuários do SENADO.

PARÁGRAFO NONO – O somatório das multas moratórias previstas nesta cláusula não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato referente à *Equipe de Dedicação Exclusiva*.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A não apresentação da documentação prevista no inciso III do Parágrafo Décimo Primeiro da Cláusula Sétima ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência, bem como à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto no inciso I do Parágrafo Quarto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima Primeira sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O atraso no adimplemento de outras obrigações, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Quarto desta cláusula e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Caso a mora nas ocorrências dos Parágrafos Oitavo e Décimo Segundo seja superior a 30 (trinta dias), a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o Senado Federal;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI - a não reincidência da infração;

VII - a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII - a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Quarto desta Cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

O SENADO poderá, nos termos da lei, autorizar a subcontratação parcial do objeto, apenas para os *Serviços sob Demanda* – detalhados no Anexo 7 do Edital (Planilha de Composição de Custos) –, objetivando o bom andamento do serviço, mediante justificativa a ser apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A justificativa deve ser detalhada e conter no mínimo:

I - Descrição dos serviços a serem executados pela subcontratada;

II - Cópia do Contrato Social da empresa;

III - Declaração de responsabilidade quanto à análise da conformidade documental e habilitação da subcontratada, inclusive quanto à compatibilidade da empresa frente ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado, devendo a CONTRATADA responsabilizar-se rigorosamente pela execução dos serviços subcontratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre o SENADO e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA deverá informar previamente ao gestor deste ajuste a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratada, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contrato e distrato entre as partes ou outro instrumento equivalente.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA deverá supervisionar e coordenar os trabalhos das subcontratadas, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços, bem como pelo pleno atendimento, por parte da empresa subcontratada, das determinações deste ajuste, do edital e seus anexos.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTATADA deverá assegurar que a subcontratada atende às condições de habilitação, mediante a apresentação dos documentos exigidos nos itens 12.1; 12.1.1; 12.3.2.2 e 12.3.3.1 do edital, bem como capacidade técnica compatível com o objeto da subcontratação, devendo substituir a subcontratada que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique a prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato ou instrumento equivalente de prestação de serviços que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

PARÁGRAFO OITAVO - É vedado o repasse, com ônus para o SENADO, de auxílio-alimentação e vale-transporte para os subcontratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – consensual, por acordo entre as partes ; ou

III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 30 (trinta) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO QUARTO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/22 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Terceira deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA deverá, em até 60 (sessenta) dias contados do término do contrato, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do inciso XXVI da Cláusula Segunda e do Parágrafo Décimo Primeiro da Cláusula Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2026.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

TECNICALL ENGENHARIA LTDA:72581283000113

Assinado de forma digital por TECNICALL ENGENHARIA LTDA:72581283000113
Dados: 2026.09.11 09:46:28 -03'00'

HELDER NORONHA BARROS
TECNICALL ENGENHARIA LTDA

TESTEMUNHAS:

Diretor da SADCON **Coordenador da COPLAC**

Via N2 | Senado Federal | Bloco 16 | Térreo | CEP 70165-900 | Brasília | DF
Telefone: +55 (61) 3303-3036 | cocdir@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

TECNICALL ENGENHARIA LTDA
CNPJ nº: **72.581.283/0001-13**
Pregão: **90059/2026**
Processo: **00200.011900/2025-92**
Data da proposta: **18/08/2026**

SubItem	POSTO DE TRABALHO	QTDE	Custo de Férias e do 1/3 de Férias (TITULAR)	13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	Lucro (módulo 5)	Total posto	Total Mensal
1	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistemas Construtivos	1	R$ 1.270,13	R$ 952,59	R$ 588,11	R$ 436,92	R$ 129,91	R$ 190,23	R$ 3.567,89	R$ 3.567,89
2	Supervisor(a) Técnico(a) - Segurança do Trabalho	1	R$ 1.651,16	R$ 1.238,37	R$ 764,54	R$ 568,00	R$ 168,88	R$ 247,30	R$ 4.638,25	R$ 4.638,25
3	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados	1	R$ 938,35	R$ 703,76	R$ 434,49	R$ 322,79	R$ 95,98	R$ 140,54	R$ 2.635,91	R$ 2.635,91
4	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados noturno	1	R$ 1.053,51	R$ 790,13	R$ 487,81	R$ 362,41	R$ 107,75	R$ 157,79	R$ 2.959,40	R$ 2.959,40
5	Técnico(a) em Edificações - Planejamento	1	R$ 721,81	R$ 541,36	R$ 334,22	R$ 248,30	R$ 73,83	R$ 108,11	R$ 2.027,63	R$ 2.027,63
6	Mestre de Obras	2	R$ 612,75	R$ 459,56	R$ 283,72	R$ 210,79	R$ 62,67	R$ 91,77	R$ 1.721,26	R$ 3.442,52
7	Mestre de Obras - noturno	1	R$ 687,95	R$ 515,96	R$ 318,54	R$ 236,65	R$ 70,36	R$ 103,04	R$ 1.932,50	R$ 1.932,50
8	Oficial de Serviços Gerais	6	R$ 305,46	R$ 229,10	R$ 141,44	R$ 105,08	R$ 31,24	R$ 45,75	R$ 858,07	R$ 5.148,42
9	Oficial de Serviços Gerais - noturno	3	R$ 342,95	R$ 257,21	R$ 158,80	R$ 117,98	R$ 35,08	R$ 51,36	R$ 963,38	R$ 2.890,14
10	Ajudante de Serviços Gerais	4	R$ 206,90	R$ 155,17	R$ 95,80	R$ 71,17	R$ 21,16	R$ 30,99	R$ 581,19	R$ 2.324,76
11	Ajudante de Serviços Gerais - noturno	2	R$ 232,29	R$ 174,22	R$ 107,56	R$ 79,91	R$ 23,76	R$ 34,79	R$ 652,53	R$ 1.305,06
12	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado	1	R$ 305,46	R$ 229,10	R$ 141,44	R$ 105,08	R$ 31,24	R$ 45,75	R$ 858,07	R$ 858,07
13	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado - noturno	1	R$ 342,95	R$ 257,21	R$ 158,80	R$ 117,98	R$ 35,08	R$ 51,36	R$ 963,38	R$ 963,38
14	Técnico em Eletrotécnica	1	R$ 502,87	R$ 377,15	R$ 232,84	R$ 172,99	R$ 51,43	R$ 75,32	R$ 1.412,60	R$ 1.412,60
15	Eletricista	2	R$ 305,46	R$ 229,10	R$ 141,44	R$ 105,08	R$ 31,24	R$ 45,75	R$ 858,07	R$ 1.716,14
16	Eletricista - noturno	1	R$ 342,95	R$ 257,21	R$ 158,80	R$ 117,98	R$ 35,08	R$ 51,36	R$ 963,38	R$ 963,38
17	Auxiliar de Eletricista	1	R$ 206,90	R$ 155,17	R$ 95,80	R$ 71,17	R$ 21,16	R$ 30,99	R$ 581,19	R$ 581,19
18	Auxiliar de Eletricista - noturno	1	R$ 232,29	R$ 174,22	R$ 107,56	R$ 79,91	R$ 23,76	R$ 34,79	R$ 652,53	R$ 652,53
19	Instalador(a) Hidráulico(a)	1	R$ 305,46	R$ 229,10	R$ 141,44	R$ 105,08	R$ 31,24	R$ 45,75	R$ 858,07	R$ 858,07
20	Instalador(a) Hidráulico(a) – noturno	1	R$ 342,95	R$ 257,21	R$ 158,80	R$ 117,98	R$ 35,08	R$ 51,36	R$ 963,38	R$ 963,38
21	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária	1	R$ 206,90	R$ 155,17	R$ 95,80	R$ 71,17	R$ 21,16	R$ 30,99	R$ 581,19	R$ 581,19
22	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária - noturno	1	R$ 232,29	R$ 174,22	R$ 107,56	R$ 79,91	R$ 23,76	R$ 34,79	R$ 652,53	R$ 652,53
23	Técnico(a) Eletromecânico(a)/Ar-Condicionado	1	R$ 396,98	R$ 297,73	R$ 183,81	R$ 136,56	R$ 40,60	R$ 59,46	R$ 1.115,14	R$ 1.115,14
24	Eletromecânico(a) de Ar-Condicionado	2	R$ 307,67	R$ 230,75	R$ 142,46	R$ 105,84	R$ 31,47	R$ 46,08	R$ 864,27	R$ 1.728,54
25	Eletromecânico(a) de Ar-Condicionado - noturno	1	R$ 345,43	R$ 259,07	R$ 159,94	R$ 118,83	R$ 35,33	R$ 51,74	R$ 970,34	R$ 970,34
26	Duteiro(a)	1	R$ 305,46	R$ 229,10	R$ 141,44	R$ 105,08	R$ 31,24	R$ 45,75	R$ 858,07	R$ 858,07
27	Duteiro(a) - noturno	1	R$ 342,95	R$ 257,21	R$ 158,80	R$ 117,98	R$ 35,08	R$ 51,36	R$ 963,38	R$ 963,38
	TOTAL DGBM	**41**								**R$ 48.710,41**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 742560990070A159
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadtweb/v.aspx

00100.191962/2026-88

Empresa: **TECNICALL ENGENHARIA LTDA**
CNPJ -: **72.581.283/0001-13**
Pregão: **90059/2026**
Processo: **00200.011900/2025-92**
Data da proposta: **18/08/2026**

SubItem	POSTO DE TRABALHO	QTDE	DGBM POSTO	DGBM MENSAL
1	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistemas Construtivos	1	R$ 3.567,89	R$ 3.567,89
2	Supervisor(a) Técnico(a) - Segurança do Trabalho	1	R$ 4.638,25	R$ 4.638,25
3	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados	1	R$ 2.635,91	R$ 2.635,91
4	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados noturno	1	R$ 2.959,40	R$ 2.959,40
5	Técnico(a) em Edificações - Planejamento	1	R$ 2.027,63	R$ 2.027,63
6	Mestre de Obras	2	R$ 1.721,26	R$ 3.442,52
7	Mestre de Obras - noturno	1	R$ 1.932,50	R$ 1.932,50
8	Oficial de Serviços Gerais	6	R$ 858,07	R$ 5.148,42
9	Oficial de Serviços Gerais - noturno	3	R$ 963,38	R$ 2.890,14
10	Ajudante de Serviços Gerais	4	R$ 581,19	R$ 2.324,76
11	Ajudante de Serviços Gerais - noturno	2	R$ 652,53	R$ 1.305,06
12	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado	1	R$ 858,07	R$ 858,07
13	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado - noturno	1	R$ 963,38	R$ 963,38
14	Técnico em Eletrotécnica	1	R$ 1.412,60	R$ 1.412,60
15	Eletricista	2	R$ 858,07	R$ 1.716,14
16	Eletricista - noturno	1	R$ 963,38	R$ 963,38
17	Auxiliar de Eletricista	1	R$ 581,19	R$ 581,19
18	Auxiliar de Eletricista - noturno	1	R$ 652,53	R$ 652,53
19	Instalador(a) Hidráulico(a)	1	R$ 858,07	R$ 858,07
20	Instalador(a) Hidráulico(a) – noturno	1	R$ 963,38	R$ 963,38
21	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária	1	R$ 581,19	R$ 581,19
22	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária - noturno	1	R$ 652,53	R$ 652,53
23	Técnico(a) Eletromecânico(a)/Ar-Condicionado	1	R$ 1.115,14	R$ 1.115,14
24	Eletromecânico(a) de Ar-Condicionado	2	R$ 864,27	R$ 1.728,54
25	Eletromecânico(a) de Ar-Condicionado - noturno	1	R$ 970,34	R$ 970,34
26	Duteiro(a)	1	R$ 858,07	R$ 858,07
27	Duteiro(a) - noturno	1	R$ 963,38	R$ 963,38
	TOTAL DGBM	**41**		**R$ 48.710,41**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ITEM	CÓD SINFRA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO DIRETO	CUSTO TOTAL ESTIMADO (30 MESES)
01.01.28	SF-02571	Camiseta de manga curta com identificação da	un	320	R$ 28,00	R$ 8.960,00	R$ 8.960,00
01. 01.29	SF-00823	Camisa gola polo	un	80	R$ 38,66	R$ 3.092,80	R$ 3.092,80
01. 01.30	SF-00825	Calça jeans com emblema da empresa	un	420	R$ 60,00	R$ 25.200,00	R$ 25.200,00
01. 01.31	SF-03119	Crachá de identificação	un	42	R$ 8,58	R$ 360,36	R$ 360,36
01. 01.32	SF-03115	Bota de segurança em couro, com biqueira em	par	210	R$ 115,00	R$ 24.150,00	R$ 24.150,00
01. 01.33	SF-00828	Bota de PVC (galocha cano alto)	par	20	R$ 50,72	R$ 1.014,40	R$ 1.014,40
01. 01.34	SF-00829	Capa de chuva	un	42	R$ 15,80	R$ 663,60	R$ 663,60
01. 01.35	SF-00830	Capacete de segurança	un	210	R$ 35,00	R$ 7.350,00	R$ 7.350,00
01. 01.36	SF-02587	Luva pigmentada	par	295	R$ 2,08	R$ 613,60	R$ 613,60
01. 01.37	SF-00834	Luva de borracha	par	270	R$ 4,27	R$ 1.152,90	R$ 1.152,90
01. 01.38	SF-02583	Luva de nylon com banho em PU	par	70	R$ 3,42	R$ 239,40	R$ 239,40
01. 01.39	SF-02584	Luva de vaqueta	par	165	R$ 10,53	R$ 1.737,45	R$ 1.737,45
01. 01.40	SF-02572	Luva isolante classe 0	par	4	R$ 413,25	R$ 1.653,00	R$ 1.653,00
01. 01.41	SF-02574	Luva de cobertura para luva isolante	par	4	R$ 34,10	R$ 136,40	R$ 136,40
01. 01.42	SF-00835	Máscara de proteção respiratória com válvula e	un	420	R$ 1,41	R$ 592,20	R$ 592,20
01. 01.43	SF-00836	Óculos de segurança	un	210	R$ 3,72	R$ 781,20	R$ 781,20
01. 01.44	SF-02580	Protetor auricular tipo abafador dielétrico	un	19	R$ 74,90	R$ 1.423,10	R$ 1.423,10
01. 01.45	SF-00837	Protetor auricular de inserção	par	210	R$ 2,50	R$ 525,00	R$ 525,00
01. 01.46	SF-03120	Creme protetor para as mãos	un	110	R$ 10,14	R$ 1.115,40	R$ 1.115,40
01. 01.47	SF-02588	Protetor solar	un	30	R$ 100,90	R$ 3.027,00	R$ 3.027,00
01. 01.48	SF-02363	Placa de sinalização em PVC 2mm	un	15	R$ 702,66	R$ 10.539,90	R$ 10.539,90
01. 01.49	SF-03118	Colete refletivo	un	18	R$ 26,08	R$ 469,44	R$ 469,44
01. 01.50	SF-00831	Cinto de segurança tipo paraquedista	un	4	R$ 332,61	R$ 1.330,44	R$ 1.330,44
01. 01.51	SF-00841	Travaquedas Deslizante Para Corda	un	2	R$ 158,18	R$ 316,36	R$ 316,36
01. 01.52	SF-00842	Travaquedas Deslizante Para Cabo de Aço	un	2	R$ 311,36	R$ 622,72	R$ 622,72
01. 01.53	SF-02408	Talabarte Simples	un	2	R$ 176,41	R$ 352,82	R$ 352,82
01. 01.54	SF-00839	Talabarte de Posicionamento	un	1	R$ 173,95	R$ 173,95	R$ 173,95
01. 01.55	SF-00840	Talabarte em Y	un	4	R$ 180,39	R$ 721,56	R$ 721,56
01. 01.56	SF-03121	Fita zebrada	un	30	R$ 9,14	R$ 274,20	R$ 274,20
01. 01.57	SF-02582	Luva nitrilica	cx	100	R$ 23,26	R$ 2.326,00	R$ 2.326,00
01. 01.58	SF-00838	Protetor facial	un	12	R$ 248,08	R$ 2.976,96	R$ 2.976,96
01. 01.59	SF-03116	Avental de raspa de couro para soldador - tipo	un	1	R$ 40,24	R$ 40,24	R$ 40,24
01. 01.60	SF-03123	Máscara para solda em polipropileno - visor fixo	un	1	R$ 20,11	R$ 20,11	R$ 20,11
01. 01.61	SF-00832	Lanterna profissional	un	3	R$ 197,60	R$ 592,80	R$ 592,80
	Uniformes e EPIs						**R$ 104.545,31**
VALOR UNITÁRIO							**R$ 85,00**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

1	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Supervisor(a) Técnico(a) - Sistemas Construtivos		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	CCT DF000001_2026 SENGE-DF x SINAENCO (vigente até 30/04/2027)	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		11.431,13
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		11.431,13
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	1.143,11
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	171,47
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	114,31
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	22,86
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	285,78
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	914,49
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	303,95
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	68,59
	TOTAL :	26,45900%	3.024,56
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	952,59
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	156,79
	TOTAL :	9,70491%	1.109,38
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	4,23
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	1,12
	TOTAL :	0,04684%	5,35
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	95,26
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	7,62
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	177,82
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	47,05
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	436,92
	TOTAL :	6,68937%	764,67
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	952,59
	Terço constitucional de férias	2,77778%	317,53
	Auxílio doença	0,27778%	31,75
	Licença paternidade	0,01389%	1,59
	Faltas legais	0,27778%	31,75
	Acidente de Trabalho	0,04167%	4,76
	Subtotal	11,72223%	1.339,98
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	354,55
	TOTAL :	14,82%	1.694,53
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	3.024,56
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	1.109,38
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	5,35
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	764,67
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	1.694,53
	TOTAL :	57,72%	6.598,49
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 19.174,36
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	766,97
B	**LUCRO**	5,85728%	1.168,02
C	**TRIBUTOS**	8,35%	1.923,22
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	149,71
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	690,98
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	460,65
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	621,88
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	3.858,21
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	23.032,57

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 1.270,13
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 952,59
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 588,11
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 436,92
Subtotal DGBM		**R$ 3.247,75**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 129,91
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 190,23
TOTAL DGBM		**R$ 3.567,89**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

2	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Supervisor(a) Técnico(a) - Segurança do Trabalho		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	CCT DF000001_2026 SENGE-DF x SINAENCO (vigente até 30/04/2027)	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		11.431,13
	Adicional de Periculosidade 30% sobre o salário base		3.429,34
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		14.860,47
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	1.486,05
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	222,91
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	148,60
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	29,72
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	371,51
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	1.188,84
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	395,14
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	89,16
	TOTAL :	26,45900%	3.931,93
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	1.238,37
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	203,82
	TOTAL :	9,70491%	1.442,19
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	5,50
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	1,46
	TOTAL :	0,04684%	6,96
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	123,84
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	9,91
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	231,16
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	61,16
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	568,00
	TOTAL :	6,68937%	994,07
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	1.238,37
	Terço constitucional de férias	2,77778%	412,79
	Auxílio doença	0,27778%	41,28
	Licença paternidade	0,01389%	2,06
	Faltas legais	0,27778%	41,28
	Acidente de Trabalho	0,04167%	6,19
	Subtotal	11,72223%	1.741,98
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	460,91
	TOTAL :	14,82%	2.202,89
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	3.931,93
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	1.442,19
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	6,96
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	994,07
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	2.202,89
	TOTAL :	57,72%	8.578,04
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 24.583,25
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	983,33
B	**LUCRO**	5,85728%	1.497,51
C	**TRIBUTOS**	8,35%	2.465,74
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	191,94
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	885,89
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	590,60
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	797,31
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	4.946,58
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	29.529,83

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 1.651,16
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 1.238,37
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 764,54
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 568,00
Subtotal DGBM		**R$ 4.222,07**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 168,88
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 247,30
TOTAL DGBM		**R$ 4.638,25**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

3	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	00090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000472/2026 (vigente até 31	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		6.496,28
	Adicional de Periculosidade 30% sobre o salário base		1.948,88
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		8.445,16
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT) (e plano ambulatorial)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	844,52
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	126,68
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	84,45
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	16,89
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	211,13
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	675,61
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	224,56
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	50,67
	TOTAL :	26,45900%	2.234,51
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	703,76
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	115,83
	TOTAL :	9,70491%	819,59
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	3,13
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,83
	TOTAL :	0,04684%	3,96
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	70,38
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	5,63
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	131,37
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	34,76
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	322,79
	TOTAL :	6,68937%	564,93
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	703,76
	Terço constitucional de férias	2,77778%	234,59
	Auxílio doença	0,27778%	23,46
	Licença paternidade	0,01389%	1,17
	Faltas legais	0,27778%	23,46
	Acidente de Trabalho	0,04167%	3,52
	Subtotal	11,72223%	989,96
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	261,93
	TOTAL :	14,82%	1.251,89
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	2.234,51
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	819,59
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	3,96
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	564,93
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	1.251,89
	TOTAL :	57,72%	4.874,88
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 14.464,78
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	578,59
B	**LUCRO**	5,85728%	881,13
C	**TRIBUTOS**	8,35%	1.450,84
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	112,94
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	521,26
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	347,51
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	469,13
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	2.910,56
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	17.375,34

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 938,35
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 703,76
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 434,49
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 322,79
Subtotal DGBM		**R$ 2.399,39**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 95,98
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 140,54
TOTAL DGBM		**R$ 2.635,91**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

4	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Técnico de Segurança do Trabalho - Trabalho em Altura e Espaços Confinados noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	00090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000472/2026 (vigente até 31	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		6.496,28
	Adicional de Periculosidade 30% sobre o salário base		1.948,88
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 22,5 % sobre as horas noturnas		1.036,45
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		9.481,61
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT) (e plano ambulatorial)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	948,16
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	142,22
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	94,82
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	18,96
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	237,04
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	758,53
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	252,12
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	56,89
	TOTAL :	26,45900%	2.508,74
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	790,13
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	130,05
	TOTAL :	9,70491%	920,18
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	3,51
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,93
	TOTAL :	0,04684%	4,44
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	79,01
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	6,32
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	147,49
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	39,03
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	362,41
	TOTAL :	6,68937%	634,26
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	790,13
	Terço constitucional de férias	2,77778%	263,38
	Auxílio doença	0,27778%	26,34
	Licença paternidade	0,01389%	1,32
	Faltas legais	0,27778%	26,34
	Acidente de Trabalho	0,04167%	3,95
	Subtotal	11,72223%	1.111,46
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	294,08
	TOTAL :	14,82%	1.405,54
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	2.508,74
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	920,18
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	4,44
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	634,26
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	1.405,54
	TOTAL :	57,72%	5.473,16
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 16.099,51
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	643,98
B	**LUCRO**	5,85728%	980,71
C	**TRIBUTOS**	8,35%	1.614,80
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	125,70
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	580,17
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	386,78
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	522,15
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	3.239,49
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	19.339,01

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 1.053,51
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 790,13
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 487,81
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 362,41
Subtotal DGBM		**R$ 2.693,86**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 107,75
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 157,79
TOTAL DGBM		**R$ 2.959,40**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

5	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Técnico(a) em Edificações - Planejamento		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	00090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000472/2026 (vigente até 31	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		6.496,28
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		6.496,28
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT) (e plano ambulatorial)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.059,74
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	649,63
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	97,44
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	64,96
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	12,99
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	162,41
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	519,70
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	172,74
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	38,98
	TOTAL :	26,45900%	1.718,86
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	541,36
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	89,10
	TOTAL :	9,70491%	630,46
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	2,41
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,64
	TOTAL :	0,04684%	3,05
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	54,14
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	4,33
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	101,05
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	26,74
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	248,30
	TOTAL :	6,68937%	434,56
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	541,36
	Terço constitucional de férias	2,77778%	180,45
	Auxílio doença	0,27778%	18,05
	Licença paternidade	0,01389%	0,90
	Faltas legais	0,27778%	18,05
	Acidente de Trabalho	0,04167%	2,71
	Subtotal	11,72223%	761,51
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	201,49
	TOTAL :	14,82%	963,00
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	1.718,86
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	630,46
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	3,05
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	434,56
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	963,00
	TOTAL :	57,72%	3.749,93
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 11.390,95
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	455,64
B	**LUCRO**	5,85728%	693,89
C	**TRIBUTOS**	8,35%	1.142,53
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	88,94
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	410,49
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	273,66
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	369,44
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	2.292,06
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	13.683,01

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 721,81
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 541,36
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 334,22
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 248,30
Subtotal DGBM		**R$ 1.845,69**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 73,83
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 108,11
TOTAL DGBM		**R$ 2.027,63**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

6	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Mestre de Obras		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		5.514,73
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		5.514,73
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT) (e plano ambulatorial)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.059,74
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	551,47
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	82,72
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	55,15
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	11,03
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	137,87
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	441,18
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	146,64
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	33,09
	TOTAL :	26,45900%	1.459,15
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	459,56
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	75,64
	TOTAL :	9,70491%	535,20
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	2,04
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,54
	TOTAL :	0,04684%	2,58
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	45,96
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	3,68
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	85,78
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	22,70
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	210,79
	TOTAL :	6,68937%	368,91
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	459,56
	Terço constitucional de férias	2,77778%	153,19
	Auxílio doença	0,27778%	15,32
	Licença paternidade	0,01389%	0,77
	Faltas legais	0,27778%	15,32
	Acidente de Trabalho	0,04167%	2,30
	Subtotal	11,72223%	646,45
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	171,04
	TOTAL :	14,82%	817,49
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	1.459,15
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	535,20
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	2,58
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	368,91
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	817,49
	TOTAL :	57,72%	3.183,33
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 9.842,80
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	393,71
B	**LUCRO**	5,85728%	599,58
C	**TRIBUTOS**	8,35%	987,25
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	76,85
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	354,70
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	236,47
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	319,23
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.980,54
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	11.823,34

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 612,75
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 459,56
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 283,72
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 210,79
Subtotal DGBM		**R$ 1.566,82**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 62,67
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 91,77
TOTAL DGBM		**R$ 1.721,26**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

7	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Mestre de Obras - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		5.514,73
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 20 % sobre as horas noturnas		676,81
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		6.191,54
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		-
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT) (e plano ambulatorial)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.059,74
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	619,15
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	92,87
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	61,92
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	12,38
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	154,79
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	495,32
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	164,63
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	37,15
	TOTAL :	26,45900%	1.638,22
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	515,96
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	84,92
	TOTAL :	9,70491%	600,88
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	2,29
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,61
	TOTAL :	0,04684%	2,90
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	51,60
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	4,13
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	96,31
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	25,48
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	236,65
	TOTAL :	6,68937%	414,17
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	515,96
	Terço constitucional de férias	2,77778%	171,99
	Auxílio doença	0,27778%	17,20
	Licença paternidade	0,01389%	0,86
	Faltas legais	0,27778%	17,20
	Acidente de Trabalho	0,04167%	2,58
	Subtotal	11,72223%	725,79
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	192,04
	TOTAL :	14,82%	917,83
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	1.638,22
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	600,88
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	2,90
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	414,17
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	917,83
	TOTAL :	57,72%	3.574,00
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 10.910,28
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	436,41
B	**LUCRO**	5,85728%	664,61
C	**TRIBUTOS**	8,35%	1.094,32
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	85,19
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	393,17
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	262,11
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	353,85
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	2.195,34
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	13.105,62

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 687,95
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 515,96
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 318,54
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 236,65
Subtotal DGBM		**R$ 1.759,10**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 70,36
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 103,04
TOTAL DGBM		**R$ 1.932,50**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

8	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Oficial de Serviços Gerais		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.749,17
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	274,92
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	41,24
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	27,49
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,50
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	68,73
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	219,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	73,10
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	16,50
	TOTAL :	26,45900%	727,40
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	229,10
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	37,71
	TOTAL :	9,70491%	266,81
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,02
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,27
	TOTAL :	0,04684%	1,29
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	22,91
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,83
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	42,76
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	11,32
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,08
	TOTAL :	6,68937%	183,90
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	229,10
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,37
	Auxílio doença	0,27778%	7,64
	Licença paternidade	0,01389%	0,38
	Faltas legais	0,27778%	7,64
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,15
	Subtotal	11,72223%	322,26
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	85,27
	TOTAL :	14,82%	407,53
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	727,40
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	266,81
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,29
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	183,90
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	407,53
	TOTAL :	57,72%	1.586,93
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 5.645,89
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	225,84
B	**LUCRO**	5,85728%	343,92
C	**TRIBUTOS**	8,35%	566,29
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	44,08
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	203,46
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	135,64
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	183,11
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.136,05
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.781,94

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 305,46
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 229,10
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 141,44
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 105,08
Subtotal DGBM		**R$ 781,08**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 31,24
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 45,75
TOTAL DGBM		**R$ 858,07**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

9	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Oficial de Serviços Gerais - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 20 % sobre as horas noturnas		337,40
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.086,57
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	308,66
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	46,30
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	30,87
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,17
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	77,16
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	246,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	82,07
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	18,52
	TOTAL :	26,45900%	816,67
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	257,21
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	42,33
	TOTAL :	9,70491%	299,54
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,14
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,30
	TOTAL :	0,04684%	1,44
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	25,72
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,06
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	48,01
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	12,70
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	117,98
	TOTAL :	6,68937%	206,47
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	257,21
	Terço constitucional de férias	2,77778%	85,74
	Auxílio doença	0,27778%	8,57
	Licença paternidade	0,01389%	0,43
	Faltas legais	0,27778%	8,57
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,29
	Subtotal	11,72223%	361,81
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	95,73
	TOTAL :	14,82%	457,54
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	816,67
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	299,54
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,44
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	206,47
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	457,54
	TOTAL :	57,72%	1.781,66
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 6.178,02
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	247,12
B	**LUCRO**	5,85728%	376,34
C	**TRIBUTOS**	8,35%	619,66
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	48,24
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	222,63
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	148,42
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	200,37
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.243,12
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	7.421,15

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 342,95
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 257,21
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 158,80
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 117,98
Subtotal DGBM		**R$ 876,94**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 35,08
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 51,36
TOTAL DGBM		**R$ 963,38**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

10	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Ajudante de Serviços Gerais		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		1.862,09
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.862,09
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		218,27
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.278,01
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	186,21
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	27,93
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	18,62
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,72
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	46,55
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	148,97
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	49,51
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	11,17
	TOTAL :	26,45900%	492,69
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	155,17
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	25,54
	TOTAL :	9,70491%	180,71
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	0,69
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,18
	TOTAL :	0,04684%	0,87
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	15,52
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,24
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	28,97
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	7,66
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	71,17
	TOTAL :	6,68937%	124,56
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	155,17
	Terço constitucional de férias	2,77778%	51,72
	Auxílio doença	0,27778%	5,17
	Licença paternidade	0,01389%	0,26
	Faltas legais	0,27778%	5,17
	Acidente de Trabalho	0,04167%	0,78
	Subtotal	11,72223%	218,28
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	57,75
	TOTAL :	14,82%	276,03
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	492,69
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	180,71
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	0,87
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	124,56
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	276,03
	TOTAL :	57,72%	1.074,86
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 4.299,96
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	172,00
B	**LUCRO**	5,85728%	261,94
C	**TRIBUTOS**	8,35%	431,29
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	33,57
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	154,96
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	103,30
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	139,46
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	865,23
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	5.165,19

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 206,90
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 155,17
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 95,80
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 71,17
Subtotal DGBM		**R$ 529,04**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 21,16
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 30,99
TOTAL DGBM		**R$ 581,19**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

11	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Ajudante de Serviços Gerais - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MODULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		1.862,09
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 20 % sobre as horas noturnas		228,53
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.090,62
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		218,27
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.278,01
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	209,06
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	31,36
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	20,91
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	4,18
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	52,27
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	167,25
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,65900%	55,59
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	12,54
	TOTAL :	26,45900%	553,16
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	174,22
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	28,67
	TOTAL :	9,70491%	202,89
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	0,77
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,20
	TOTAL :	0,04684%	0,97
4.4. PROVISAO P\ RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	17,42
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,39
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	32,52
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	8,60
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	79,91
	TOTAL :	6,68937%	139,84
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	174,22
	Terço constitucional de férias	2,77778%	58,07
	Auxílio doença	0,27778%	5,81
	Licença paternidade	0,01389%	0,29
	Faltas legais	0,27778%	5,81
	Acidente de Trabalho	0,04167%	0,87
	Subtotal	11,72223%	245,07
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	64,84
	TOTAL :	14,82%	309,91
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	553,16
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	202,89
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	0,97
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	139,84
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	309,91
	TOTAL :	57,72%	1.206,77
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 4.660,40
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	186,42
B	**LUCRO**	5,85728%	283,89
C	**TRIBUTOS**	8,35%	467,44
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	36,39
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	167,94
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	111,96
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	151,15
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	937,75
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	5.598,16

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 232,29
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 174,22
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 107,56
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 79,91
Subtotal DGBM		**R$ 593,98**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 23,76
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 34,79
TOTAL DGBM		**R$ 652,53**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

12	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Adicional noturno sobre intervalo intrajornada		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.749,17
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	274,92
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	41,24
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	27,49
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,50
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	68,73
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	219,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	73,10
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	16,50
	TOTAL :	26,45900%	727,40
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	229,10
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	37,71
	TOTAL :	9,70491%	266,81
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,02
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,27
	TOTAL :	0,04684%	1,29
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	22,91
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,83
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	42,76
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	11,32
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,08
	TOTAL :	6,68937%	183,90
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	229,10
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,37
	Auxílio doença	0,27778%	7,64
	Licença paternidade	0,01389%	0,38
	Faltas legais	0,27778%	7,64
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,15
	Subtotal	11,72223%	322,26
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	85,27
	TOTAL :	14,82%	407,53
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	727,40
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	266,81
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,29
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	183,90
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	407,53
	TOTAL :	57,72%	1.586,93
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 5.645,89
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	225,84
B	**LUCRO**	5,85728%	343,92
C	**TRIBUTOS**	8,35%	566,29
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	44,08
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	203,46
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	135,64
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	183,11
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.136,05
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.781,94

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 305,46
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 229,10
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 141,44
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 105,08
Subtotal DGBM		**R$ 781,08**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 31,24
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 45,75
TOTAL DGBM		**R$ 858,07**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

13	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Apoio Técnico Administrativo – Controle de Almoxarifado - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 22,5 % sobre as horas noturnas		337,40
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.086,57
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	308,66
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	46,30
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	30,87
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,17
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	77,16
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	246,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	82,07
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	18,52
	TOTAL :	26,45900%	816,67
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	257,21
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	42,33
	TOTAL :	9,70491%	299,54
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,14
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,30
	TOTAL :	0,04684%	1,44
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	25,72
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,06
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	48,01
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	12,70
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	117,98
	TOTAL :	6,68937%	206,47
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	257,21
	Terço constitucional de férias	2,77778%	85,74
	Auxílio doença	0,27778%	8,57
	Licença paternidade	0,01389%	0,43
	Faltas legais	0,27778%	8,57
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,29
	Subtotal	11,72223%	361,81
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	95,73
	TOTAL :	14,82%	457,54
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	816,67
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	299,54
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,44
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	206,47
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	457,54
	TOTAL :	57,72%	1.781,66
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 6.178,02
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	247,12
B	**LUCRO**	5,85728%	376,34
C	**TRIBUTOS**	8,35%	619,66
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	48,24
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	222,63
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	148,42
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	200,37
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.243,12
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	7.421,15

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 342,95
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 257,21
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 158,80
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 117,98
Subtotal DGBM		**R$ 876,94**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 35,08
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 51,36
TOTAL DGBM		**R$ 963,38**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

14	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Técnico em Eletrotécnica		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	00090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000472/2026 (vigente até 31	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		3.481,39
	Adicional de Periculosidade 30% sobre o salário base		1.044,42
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Adicional noturno sobre intervalo intrajornada		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		4.525,81
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		121,12
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.180,86
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	452,58
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	67,89
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	45,26
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	9,05
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	113,15
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	362,06
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	120,34
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	27,15
	TOTAL :	26,45900%	1.197,48
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	377,15
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	62,08
	TOTAL :	9,70491%	439,23
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,68
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,44
	TOTAL :	0,04684%	2,12
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	37,71
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	3,02
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	70,40
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	18,63
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	172,99
	TOTAL :	6,68937%	302,75
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	377,15
	Terço constitucional de férias	2,77778%	125,72
	Auxílio doença	0,27778%	12,57
	Licença paternidade	0,01389%	0,63
	Faltas legais	0,27778%	12,57
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,89
	Subtotal	11,72223%	530,53
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	140,37
	TOTAL :	14,82%	670,90
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	1.197,48
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	439,23
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	2,12
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	302,75
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	670,90
	TOTAL :	57,72%	2.612,48
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 8.404,15
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	336,17
B	**LUCRO**	5,85728%	511,94
C	**TRIBUTOS**	8,35%	842,95
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	65,62
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	302,86
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	201,90
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	272,57
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.691,06
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	10.095,21

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 502,87
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 377,15
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 232,84
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 172,99
Subtotal DGBM		**R$ 1.285,85**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 51,43
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 75,32
TOTAL DGBM		**R$ 1.412,60**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

15	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Eletricista		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.749,17
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	274,92
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	41,24
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	27,49
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,50
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	68,73
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	219,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	73,10
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	16,50
	TOTAL :	26,45900%	727,40
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	229,10
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	37,71
	TOTAL :	9,70491%	266,81
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,02
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,27
	TOTAL :	0,04684%	1,29
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	22,91
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,83
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	42,76
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	11,32
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,08
	TOTAL :	6,68937%	183,90
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	229,10
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,37
	Auxílio doença	0,27778%	7,64
	Licença paternidade	0,01389%	0,38
	Faltas legais	0,27778%	7,64
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,15
	Subtotal	11,72223%	322,26
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	85,27
	TOTAL :	14,82%	407,53
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	727,40
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	266,81
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,29
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	183,90
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	407,53
	TOTAL :	57,72%	1.586,93
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 5.645,89
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	225,84
B	**LUCRO**	5,85728%	343,92
C	**TRIBUTOS**	8,35%	566,29
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	44,08
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	203,46
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	135,64
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	183,11
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.136,05
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.781,94

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 305,46
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 229,10
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 141,44
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 105,08
Subtotal DGBM		**R$ 781,08**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 31,24
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 45,75
TOTAL DGBM		**R$ 858,07**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

16	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Eletricista - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 22,5 % sobre as horas noturnas		337,40
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.086,57
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	308,66
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	46,30
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	30,87
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,17
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	77,16
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	246,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	82,07
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	18,52
	TOTAL :	26,45900%	816,67
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	257,21
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	42,33
	TOTAL :	9,70491%	299,54
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,14
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,30
	TOTAL :	0,04684%	1,44
4.4. PROVISAO P\ RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	25,72
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,06
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	48,01
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	12,70
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	117,98
	TOTAL :	6,68937%	206,47
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	257,21
	Terço constitucional de férias	2,77778%	85,74
	Auxílio doença	0,27778%	8,57
	Licença paternidade	0,01389%	0,43
	Faltas legais	0,27778%	8,57
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,29
	Subtotal	11,72223%	361,81
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	95,73
	TOTAL :	14,82%	457,54
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	816,67
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	299,54
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,44
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	206,47
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	457,54
	TOTAL :	57,72%	1.781,66
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 6.178,02
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	247,12
B	**LUCRO**	5,85728%	376,34
C	**TRIBUTOS**	8,35%	619,66
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	48,24
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	222,63
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	148,42
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	200,37
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.243,12
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	7.421,15

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 342,95
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 257,21
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 158,80
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 117,98
Subtotal DGBM		**R$ 876,94**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 35,08
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 51,36
TOTAL DGBM		**R$ 963,38**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

17	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Auxiliar de Eletricista		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		1.862,09
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.862,09
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		218,27
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.278,01
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	186,21
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	27,93
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	18,62
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,72
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	46,55
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	148,97
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	49,51
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	11,17
	TOTAL :	26,45900%	492,69
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	155,17
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	25,54
	TOTAL :	9,70491%	180,71
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	0,69
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,18
	TOTAL :	0,04684%	0,87
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	15,52
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,24
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	28,97
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	7,66
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	71,17
	TOTAL :	6,68937%	124,56
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	155,17
	Terço constitucional de férias	2,77778%	51,72
	Auxílio doença	0,27778%	5,17
	Licença paternidade	0,01389%	0,26
	Faltas legais	0,27778%	5,17
	Acidente de Trabalho	0,04167%	0,78
	Subtotal	11,72223%	218,28
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	57,75
	TOTAL :	14,82%	276,03
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	492,69
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	180,71
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	0,87
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	124,56
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	276,03
	TOTAL :	57,72%	1.074,86
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 4.299,96
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	172,00
B	**LUCRO**	5,85728%	261,94
C	**TRIBUTOS**	8,35%	431,29
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	33,57
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	154,96
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	103,30
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	139,46
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	865,23
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	5.165,19

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 206,90
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 155,17
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 95,80
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 71,17
Subtotal DGBM		**R$ 529,04**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 21,16
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 30,99
TOTAL DGBM		**R$ 581,19**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

18	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Auxiliar de Eletricista - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		1.862,09
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 22,5 % sobre as horas noturnas		228,53
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.090,62
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		218,27
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.278,01
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	209,06
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	31,36
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	20,91
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	4,18
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	52,27
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	167,25
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	55,59
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	12,54
	TOTAL :	26,45900%	553,16
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	174,22
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	28,67
	TOTAL :	9,70491%	202,89
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	0,77
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,20
	TOTAL :	0,04684%	0,97
4.4. PROVISAO P\ RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	17,42
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,39
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	32,52
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	8,60
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	79,91
	TOTAL :	6,68937%	139,84
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	174,22
	Terço constitucional de férias	2,77778%	58,07
	Auxílio doença	0,27778%	5,81
	Licença paternidade	0,01389%	0,29
	Faltas legais	0,27778%	5,81
	Acidente de Trabalho	0,04167%	0,87
	Subtotal	11,72223%	245,07
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	64,84
	TOTAL :	14,82%	309,91
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	553,16
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	202,89
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	0,97
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	139,84
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	309,91
	TOTAL :	57,72%	1.206,77
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 4.660,40
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	186,42
B	**LUCRO**	5,85728%	283,89
C	**TRIBUTOS**	8,35%	467,44
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	36,39
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	167,94
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	111,96
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	151,15
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	937,75
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	5.598,16

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 232,29
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 174,22
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 107,56
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 79,91
Subtotal DGBM		**R$ 593,98**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 23,76
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 34,79
TOTAL DGBM		**R$ 652,53**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

19	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Instalador(a) Hidráulico(a)		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.749,17
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	274,92
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	41,24
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	27,49
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,50
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	68,73
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	219,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	73,10
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	16,50
	TOTAL :	26,45900%	727,40
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	229,10
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	37,71
	TOTAL :	9,70491%	266,81
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,02
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,27
	TOTAL :	0,04684%	1,29
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	22,91
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,83
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	42,76
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	11,32
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,08
	TOTAL :	6,68937%	183,90
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	229,10
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,37
	Auxílio doença	0,27778%	7,64
	Licença paternidade	0,01389%	0,38
	Faltas legais	0,27778%	7,64
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,15
	Subtotal	11,72223%	322,26
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	85,27
	TOTAL :	14,82%	407,53
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	727,40
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	266,81
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,29
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	183,90
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	407,53
	TOTAL :	57,72%	1.586,93
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 5.645,89
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	225,84
B	**LUCRO**	5,85728%	343,92
C	**TRIBUTOS**	8,35%	566,29
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	44,08
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	203,46
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	135,64
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	183,11
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.136,05
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.781,94

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 305,46
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 229,10
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 141,44
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 105,08
Subtotal DGBM		**R$ 781,08**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 31,24
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 45,75
TOTAL DGBM		**R$ 858,07**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

20	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Instalador(a) Hidráulico(a) – noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 20 % sobre as horas noturnas		337,40
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.086,57
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	308,66
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	46,30
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	30,87
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,17
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	77,16
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	246,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	82,07
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	18,52
	TOTAL :	26,45900%	816,67
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	257,21
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	42,33
	TOTAL :	9,70491%	299,54
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,14
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,30
	TOTAL :	0,04684%	1,44
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	25,72
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,06
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	48,01
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	12,70
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	117,98
	TOTAL :	6,68937%	206,47
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	257,21
	Terço constitucional de férias	2,77778%	85,74
	Auxílio doença	0,27778%	8,57
	Licença paternidade	0,01389%	0,43
	Faltas legais	0,27778%	8,57
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,29
	Subtotal	11,72223%	361,81
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	95,73
	TOTAL :	14,82%	457,54
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	816,67
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	299,54
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,44
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	206,47
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	457,54
	TOTAL :	57,72%	1.781,66
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 6.178,02
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	247,12
B	**LUCRO**	5,85728%	376,34
C	**TRIBUTOS**	8,35%	619,66
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	48,24
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	222,63
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	148,42
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	200,37
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.243,12
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	7.421,15

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 342,95
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 257,21
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 158,80
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 117,98
Subtotal DGBM		**R$ 876,94**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 35,08
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 51,36
TOTAL DGBM		**R$ 963,38**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

21	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		1.862,09
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		1.862,09
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		218,27
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.278,01
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	186,21
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	27,93
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	18,62
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	3,72
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	46,55
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	148,97
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	49,51
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	11,17
	TOTAL :	26,45900%	492,69
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	155,17
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	25,54
	TOTAL :	9,70491%	180,71
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	0,69
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,18
	TOTAL :	0,04684%	0,87
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	15,52
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,24
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	28,97
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	7,66
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	71,17
	TOTAL :	6,68937%	124,56
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	155,17
	Terço constitucional de férias	2,77778%	51,72
	Auxílio doença	0,27778%	5,17
	Licença paternidade	0,01389%	0,26
	Faltas legais	0,27778%	5,17
	Acidente de Trabalho	0,04167%	0,78
	Subtotal	11,72223%	218,28
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	57,75
	TOTAL :	14,82%	276,03
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	492,69
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	180,71
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	0,87
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	124,56
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	276,03
	TOTAL :	57,72%	1.074,86
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 4.299,96
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	172,00
B	**LUCRO**	5,85728%	261,94
C	**TRIBUTOS**	8,35%	431,29
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	33,57
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	154,96
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	103,30
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	139,46
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	865,23
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	5.165,19

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 206,90
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 155,17
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 95,80
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 71,17
Subtotal DGBM		**R$ 529,04**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 21,16
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 30,99
TOTAL DGBM		**R$ 581,19**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

22	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Ajudante de Manutenção Hidrossanitária - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		1.862,09
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 20 % sobre as horas noturnas		228,53
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.090,62
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		218,27
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.278,01
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	209,06
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	31,36
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	20,91
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	4,18
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	52,27
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	167,25
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	55,59
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	12,54
	TOTAL :	26,45900%	553,16
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	174,22
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	28,67
	TOTAL :	9,70491%	202,89
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	0,77
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,20
	TOTAL :	0,04684%	0,97
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	17,42
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,39
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	32,52
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	8,60
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	79,91
	TOTAL :	6,68937%	139,84
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	174,22
	Terço constitucional de férias	2,77778%	58,07
	Auxílio doença	0,27778%	5,81
	Licença paternidade	0,01389%	0,29
	Faltas legais	0,27778%	5,81
	Acidente de Trabalho	0,04167%	0,87
	Subtotal	11,72223%	245,07
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	64,84
	TOTAL :	14,82%	309,91
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	553,16
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	202,89
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	0,97
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	139,84
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	309,91
	TOTAL :	57,72%	1.206,77
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 4.660,40
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	186,42
B	**LUCRO**	5,85728%	283,89
C	**TRIBUTOS**	8,35%	467,44
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	36,39
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	167,94
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	111,96
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	151,15
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	937,75
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	5.598,16

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 232,29
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 174,22
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 107,56
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 79,91
Subtotal DGBM		**R$ 593,98**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 23,76
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 34,79
TOTAL DGBM		**R$ 652,53**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

23	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Técnico(a) Eletromecânico(a)/Ar-Condicionado		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	00090_2026 SINTEC-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000472/2026 (vigente até 31	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		3.572,81
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.572,81
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		115,63
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.175,37
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	357,28
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	53,59
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	35,73
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	7,15
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	89,32
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	285,82
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	95,00
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	21,44
	TOTAL :	26,45900%	945,33
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	297,73
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	49,00
	TOTAL :	9,70491%	346,73
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,32
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,35
	TOTAL :	0,04684%	1,67
4.4. PROVISAO P\ RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	29,77
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,38
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	55,58
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	14,71
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	136,56
	TOTAL :	6,68937%	239,00
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	297,73
	Terço constitucional de férias	2,77778%	99,24
	Auxílio doença	0,27778%	9,92
	Licença paternidade	0,01389%	0,50
	Faltas legais	0,27778%	9,92
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,49
	Subtotal	11,72223%	418,81
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	110,81
	TOTAL :	14,82%	529,62
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	945,33
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	346,73
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,67
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	239,00
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	529,62
	TOTAL :	57,72%	2.062,35
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 6.895,53
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	275,82
B	**LUCRO**	5,85728%	420,05
C	**TRIBUTOS**	8,35%	691,63
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	53,84
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	248,49
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	165,66
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	223,64
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.387,50
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	8.283,03

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 396,98
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 297,73
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 183,81
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 136,56
Subtotal DGBM		**R$ 1.015,08**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 40,60
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 59,46
TOTAL DGBM		**R$ 1.115,14**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

24	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Eletromecânico(a) de Ar-Condicionado		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.769,00
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.769,00
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		163,86
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.223,60
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	276,90
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	41,54
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	27,69
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,54
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	69,23
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	221,52
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	73,63
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	16,61
	TOTAL :	26,45900%	732,65
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	230,75
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	37,98
	TOTAL :	9,70491%	268,73
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,03
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,27
	TOTAL :	0,04684%	1,30
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	23,07
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,85
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	43,07
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	11,40
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,84
	TOTAL :	6,68937%	185,23
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	230,75
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,92
	Auxílio doença	0,27778%	7,69
	Licença paternidade	0,01389%	0,38
	Faltas legais	0,27778%	7,69
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,15
	Subtotal	11,72223%	324,59
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	85,88
	TOTAL :	14,82%	410,47
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	732,65
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	268,73
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,30
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	185,23
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	410,47
	TOTAL :	57,72%	1.598,38
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 5.675,98
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	227,04
B	**LUCRO**	5,85728%	345,76
C	**TRIBUTOS**	8,35%	569,31
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	44,32
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	204,54
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	136,36
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	184,09
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.142,11
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.818,09

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 307,67
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 230,75
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 142,46
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 105,84
Subtotal DGBM		**R$ 786,72**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 31,47
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 46,08
TOTAL DGBM		**R$ 864,27**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

25	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Eletromecânico(a) de Ar-Condicionado - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.769,00
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 22,5 % sobre as horas noturnas		339,83
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.108,83
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		163,86
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Odontológica (Cláusula 17ª da CCT)		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.223,60
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	310,88
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	46,63
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	31,09
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,22
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	77,72
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	248,71
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	2,65900%	82,66
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	18,65
	TOTAL :	26,45900%	822,56
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	259,07
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	42,64
	TOTAL :	9,70491%	301,71
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,15
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,30
	TOTAL :	0,04684%	1,45
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	25,91
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,07
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	48,36
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	12,80
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	118,83
	TOTAL :	6,68937%	207,97
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	259,07
	Terço constitucional de férias	2,77778%	86,36
	Auxílio doença	0,27778%	8,64
	Licença paternidade	0,01389%	0,43
	Faltas legais	0,27778%	8,64
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,30
	Subtotal	11,72223%	364,42
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	96,42
	TOTAL :	14,82%	460,84
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	822,56
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	301,71
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,45
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	207,97
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	460,84
	TOTAL :	57,72%	1.794,53
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 6.211,96
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	Taxa de Administração (Custos indiretos)	4,00000%	248,48
B	LUCRO	5,85728%	378,41
C	TRIBUTOS	8,35%	623,07
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	48,50
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	223,86
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	149,24
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	201,47
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.249,96
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	7.461,92

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 345,43
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 259,07
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 159,94
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 118,83
Subtotal DGBM		**R$ 883,27**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 35,33
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 51,74
TOTAL DGBM		**R$ 970,34**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

26	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Duteiro(a)		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		2.749,17
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	274,92
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	41,24
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	27,49
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	5,50
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	68,73
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	219,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	73,10
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	16,50
	TOTAL :	26,45900%	727,40
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	229,10
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	37,71
	TOTAL :	9,70491%	266,81
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,02
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,27
	TOTAL :	0,04684%	1,29
4.4. PROVISÃO P\ RESCISÃO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	22,91
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	1,83
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	42,76
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	11,32
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	105,08
	TOTAL :	6,68937%	183,90
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	229,10
	Terço constitucional de férias	2,77778%	76,37
	Auxílio doença	0,27778%	7,64
	Licença paternidade	0,01389%	0,38
	Faltas legais	0,27778%	7,64
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,15
	Subtotal	11,72223%	322,26
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	85,27
	TOTAL :	14,82%	407,53
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIÁRIO E FGTS	26,46%	727,40
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	266,81
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,29
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	183,90
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	407,53
	TOTAL :	57,72%	1.586,93
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 5.645,89
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	225,84
B	**LUCRO**	5,85728%	343,92
C	**TRIBUTOS**	8,35%	566,29
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	44,08
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	203,46
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	135,64
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	183,11
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.136,05
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	6.781,94

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 305,46
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 229,10
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 141,44
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 105,08
Subtotal DGBM		**R$ 781,08**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 31,24
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 45,75
TOTAL DGBM		**R$ 858,07**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON
COORDENAÇÃO DE CONTROLE E VALIDAÇÃO DE PROCESSOS - COCVAP

27	PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS - LUCRO REAL CONFORME IN nº 02/2008, atualizada até a IN nº 05/2017		
CATEGORIA	Duteiro(a) - noturno		
Jornada de Trabalho	44 horas semanais		
CCT	2_2025 SINDISERVICOS-DF x SEAC-DF e TERMO ADITIVO DF000026/2026 (vigente a	DATA BASE	
			PISO
	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:	Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		2.749,17
	Adicional de Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno 20 % sobre as horas noturnas		337,40
	Adicional de HE		
	Hora Noturna Adicional		
	Intervalo Intrajornada		
	Outros Dif horas extras		
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO		3.086,57
	MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
	Auxílio Transporte (R$ 15,00 por dia trabalhado - 6% SB)		165,05
	Auxílio Alimentação (R$ 48,17 por dia trabalhado)		1.059,74
	Assistência Médico Hospitalar		
	Auxílio Funeral		
	Seguro de vida		
	TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		1.224,79
	MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		
	Insumos Diversos		
	Uniformes e EPI's		85,00
	TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:		85,00
	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		
4.1.PREVIDENCIARIO E FGTS		Percentuais	VALORES
	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	10,00000%	308,66
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50000%	46,30
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00000%	30,87
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20000%	6,17
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50000%	77,16
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00000%	246,93
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1)	**2,65900%**	82,07
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60000%	18,52
	TOTAL :	26,45900%	816,67
4.2 13º SALÁRIO		Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33333%	257,21
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário	1,37158%	42,33
	TOTAL :	9,70491%	299,54
4.3. AFASTAMENTO MATERNIDADE		Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade	0,03704%	1,14
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00980%	0,30
	TOTAL :	0,04684%	1,44
4.4. PROVISAO P\ RESCISAO		Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)	0,83333%	25,72
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,06667%	2,06
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)	1,55556%	48,01
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,41159%	12,70
	Multa do FGTS sobre os Avisos Prévios Indenizado e Trabalhado	3,82222%	117,98
	TOTAL :	6,68937%	206,47
4.5. CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Percentuais	VALORES
	Férias	8,33333%	257,21
	Terço constitucional de férias	2,77778%	85,74
	Auxílio doença	0,27778%	8,57
	Licença paternidade	0,01389%	0,43
	Faltas legais	0,27778%	8,57
	Acidente de Trabalho	0,04167%	1,29
	Subtotal	11,72223%	361,81
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	3,10159%	95,73
	TOTAL :	14,82%	457,54
	QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	26,46%	816,67
4.2.	13º SALÁRIO	9,70%	299,54
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,05%	1,44
4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	6,69%	206,47
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	14,82%	457,54
	TOTAL :	57,72%	1.781,66
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R$ 6.178,02
	MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
5		Percentuais	VALORES
A	**Taxa de Administração (Custos indiretos)**	4,00000%	247,12
B	**LUCRO**	5,85728%	376,34
C	**TRIBUTOS**	8,35%	619,66
C.1	Tributos Federais (PIS)	0,65%	48,24
	Tributos Federais (COFINS)	3,00%	222,63
C.2	Tributos Estaduais		
C.3	Tributos Municipais (ISS)	2,00%	148,42
C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) Lei nº 12.546/2011 e IN RFB 1436/2013	2,70%	200,37
	VALOR TOTAL (MÓDULO 5)	18,21%	1.243,12
(categoria profissional)		Quantidade	VALORES
	1 POSTO	1	7.421,15

	%	DGBM PROPOSTA
Custo de Férias e do 1/3 Constitucional de Férias (TITULAR)	11,11%	R$ 342,95
13º salário do TITULAR (Submódulo 4.2)	8,33%	R$ 257,21
Incidência do % do Submódulo 4.1 (Férias e 1/3 constitucional de férias e do 13º salário (TITULAR)	5,14%	R$ 158,80
Somatório das Multa do FGTS (Avisos Prévios Trabalhado e Indenizado)	3,82%	R$ 117,98
Subtotal DGBM		**R$ 876,94**
Taxa de Administração (Custos Indiretos) (módulo 5)	4,00%	R$ 35,08
Lucro (módulo 5)	5,86%	R$ 51,36
TOTAL DGBM		**R$ 963,38**

Critério de Arredondamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 74256D99007CA159.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O documento foi assinado por:

ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS	**02/10/2026 11:47:41**	
FELIPE ORSETTI PRADO	**02/10/2026 14:18:19**	
ILANA TROMBKA	**05/10/2026 12:06:20**	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.